



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

12 e 13 de março

de 2022

Operação policial realiza ações preventivas em bairros de São Luís

Redação/Assessoria

Uma ação policial envolvendo as forças de segurança saiu às ruas de São Luís, durante o fim de semana, para uma operação de policiamento preventivo nas regiões consideradas com incidências criminais.

A Operação "São Luís Segura" saiu do Comando Geral da Polícia Militar, localizado no bairro do Calhau, sob o comando do secretário de **Segurança Pública** do Maranhão, Leonardo Diniz, e diligenciou por locais com alto índice de criminalidade na capital.

Os policiais, de forma integrada, realizaram ações preventivas na área do bairro do Coroadinho, Parque Jair, Miritíua, Vila Luizão, Araçagi, Vila Airton Sena, bairro São Raimundo Vila Valian, Vila Cutia, entre outros.

As ações têm o intuito de inibir a criminalidade nos bairros supracitados por monitoramento.

Durante a operação São Luís Segura, participaram ainda o subsecretário de **Segurança Pública**, Wallace Amorim, e o comandante do Comando de Missões Especiais (CME), Cel. Sodré. Eles foram acompanhados pelas equipes de Operações Policiais Especiais (Bope), Rotam, Força Estadual Integrada de **Segurança Pública** (Feisp), Polícia Civil, Grupo de Pronto Emprego (GPE), juntamente a policiais militares das viaturas de áreas e ainda policiais do GTM e  guia nas motocicletas.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2022/03/14/operacao-policial-realiza-acoes-preventivas-em-bairros-de-sao-luis/>

Após solicitação de Duarte Júnior, Procon notifica postos de combustíveis no MA

Depois de ofício da Comissão de **Direitos Humanos** da Assembleia Legislativa, o Procon iniciou na manhã desta sexta-feira (11) a notificação dos postos de combustíveis que, na quinta-feira (10), reajustaram os valores dos produtos logo após anúncio da Petrobras de aumento do preço da gasolina e do diesel.

O ofício foi assinado pelo presidente da Comissão, deputado estadual Duarte Júnior (PSB). Além do Procon, o parlamentar oficiou o **Ministério Público** Estadual (MP) pedindo investigações de possíveis práticas abusivas e também formação de cartel.

O Procon já notificou mais de 55 postos e deve concluir o trabalho durante à tarde desta sexta. Na notificação, o órgão pede notas fiscais e demais documentos que mostram os valores de compra, datas destas compras além de uma justificativa para o reajuste dos preços dos combustíveis.

Duarte Júnior, que acompanhou durante a manhã desta sexta o trabalho do Procon, diz que o objetivo é verificar possíveis abusos para que, desta forma, a Justiça seja acionada para barrar irregularidades que possam ter sido cometidas pelos donos dos postos no Maranhão.

"Nós entendemos que os postos que, ontem aumentaram o preço cobrado ao consumidor, realizaram prática comercial abusiva, de acordo com o artigo 39, inciso 5 e 10 do Código de Defesa do Consumidor. Isto porque não tem justificativa. A Petrobras só anunciou o aumento. Não pode somente com base neste anúncio passar um aumento ao consumidor.

O Procon está fazendo a sua parte. Nós estamos pela Assembleia Legislativa fazendo a nossa parte. E agora estamos buscando uma decisão que condene aqueles postos que aumentaram o preço abusivamente ao consumidor", disse o deputado.

A Petrobras anunciou na quinta-feira (10) que haveria no dia seguinte reajuste nos valores dos combustíveis. Antes do meio-dia, no entanto, no Maranhão, a maior parte dos postos reajustou os valores em quase R \$1,00.

O valor a mais observado varia de acordo com os corredores na Ilha de São Luís. Conforme mostrou o

relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Combustíveis na Assembleia Legislativa, que foi presidida por Duarte Júnior, na capital e demais municípios da Ilha, os empresários de um mesmo corredor vendem os combustíveis com valores iguais ou bem semelhantes.

O relatório da CPI apontou, devido a isto, possível prática de cartel. O documento com todas as provas que mostram irregularidades cometidas por empresários do setor, foram encaminhados para o MP e também outras instituições que possam denunciar os crimes.

MPMA vai apoiar ações contra abate de frangos em feiras e mercados

O **promotor de justiça** Herbert Figueiredo, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís, recebeu, nessa quinta-feira (10), a visita do secretário municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (Semapa), Liviomar Macatrão. No encontro, o secretário solicitou o apoio institucional do **Ministério Público** ao projeto Alimento Seguro, que visa melhorar as condições higiênico-sanitárias da venda de produtos de origem animal nas feiras e mercados de São Luís.

Dentro desse projeto, especificamente, há o enfrentamento ao abate de frangos dentro de mercados e feiras, o que contraria a legislação sanitária e recomendações do **Ministério Público** e da Prefeitura.

"É um problema histórico, mas nós estamos imbuídos do propósito de dar uma solução para esse problema, até porque ainda vivemos um momento de pandemia. Nós estamos combatendo esse abate irregular, principalmente, nos mercados que foram reformados e estão com estruturas físicas mais modernas e que devem atender bem os consumidores", disse o titular da Semapa.

Presente na reunião, a superintendente de Defesa e Inspeção Sanitária da Semapa, Alessandra Pontes, informou que, inicialmente, foi feito em 2021 um trabalho de conscientização junto aos feirantes, orientando sobre os perigos para a saúde pública que a venda de produtos de origem animal pode causar se não forem adotados os protocolos sanitários. "Os produtos precisam de registro para conferir segurança aos consumidores, garantindo que passaram por todos os requisitos e possuem as condições higiênico-sanitárias ideais para o consumo humano", pontua a superintendente. Alessandra Pontes cita algumas doenças que podem ser causadas pelo frango como a gripe aviária, salmonelose e várias zoonoses que podem ser transmitidas, o que exige cuidados dos feirantes e da população.

O **promotor de justiça** esclareceu que instaurou, em 2018, um inquérito civil para averiguar a existência de abatedouros irregulares de frangos dentro das feiras e mercados. No andamento da investigação, foram relatadas denúncias de moradores e usuários desses espaços incomodados pelo mau cheiro e dejetos colocados a céu aberto, colocando em risco a saúde

pública e desobedecendo as normas de vigilância sanitária.

Também já foram realizadas várias audiências públicas com gestores de saúde, representantes da Vigilância Sanitária, Semapa e feirantes, mas as partes não chegaram a um acordo. "O procedimento está concluso para ajuizarmos a **Ação Civil Pública** para obrigar os responsáveis para evitar essa prática", informou.

O membro do **Ministério Público** afirmou que serão organizadas vistorias e inspeções nas feiras e mercados, com a adoção de medidas pertinentes contra quem estiver infringindo a legislação sanitária. Além disso, deverá ser editada Recomendação para respaldar as ações da Semapa, Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Aged) e da Vigilância Sanitária Municipal.

Selo Unicef apresenta diagnóstico sobre situação de crianças e adolescentes

Ocorreu nesta sexta-feira (11), o I Fórum Comunitário Selo Unicef (2021-2024), com o tema: "Crianças, Adolescentes e Jovens Fortalecendo Políticas Públicas em Defesa de seus Direitos", no auditório da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O objetivo do evento foi apresentar e validar o primeiro diagnóstico da situação das crianças e dos adolescentes em Imperatriz, além de aprovar um plano municipal de ação.

de Saúde, Desenvolvimento Social, Educação, Governo e Meio Ambiente. (Sara BatalhaAscom)

O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância voltada à redução das desigualdades e à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Secretária de Desenvolvimento Social, Janaína Ramos, afirma que "o fórum compõe uma das atividades a serem cumpridos para que o Município seja premiado novamente.

Imperatriz já recebeu o Selo na edição 2017- 2020 e logo em seguida, a coordenação das ações do Selo Unicef no Município, junto com o Núcleo de Estudo de Política Infante Juvenil de Imperatriz (NEPIJUVI) e a rede de proteção à criança e ao adolescente, deram continuidade aos trabalhos, para que nossa cidade seja reconhecida mais um vez. Isso nos deixa muito orgulhosos, pois sabemos que todo esforço é pelo bem das nossas crianças e adolescentes", destacou.

Vice-prefeito e secretário de Saúde, Alcemir Costa, compareceu ao evento representando o prefeito Assis Ramos, e afirma que tem "orgulho de fazer parte de uma gestão que se dedica e está comprometida a fazer políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. Nunca se fez tanto por este público e temos a responsabilidade de fazer cada vez mais.

Investimos em saúde, melhorando os serviços prestados no Socorrinho e no Programa Saúde da Criança. Além disso, o prefeito Assis Ramos é o que mais recebeu prêmios: Prefeito Amigo da Criança, Selo Unicef, Município sem Trabalho Infantil e bateu a meta de busca ativa nas escolas", declarou Alcemir Costa.

Também participaram do encontro a procuradora-geral do Município, Alessandra Belfort, o vereador Rogério Avelino, além de representantes do **Ministério Público**, Defensoria, CMDCA, UREI, e das secretarias

Adolescente suspeita de participar de crime é apreendida em São Luís

O crime, que aconteceu no final de 2019, teria sido motivado por uma guerra entre facções criminosas em bairros da capital.

De acordo com a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) a vítima estava em uma festa particular promovida por integrantes de uma facção criminosa quando teria sido identificada por um dos participantes como sendo simpatizante de uma facção rival.

Após vasculhar o celular da jovem, os membros da organização criminosa encontraram fotos que confirmavam as suspeitas. Diante disso, a adolescente passou a ser agredida publicamente por cerca de 10 criminosos e teve seu cabelo cortado com uso de uma navalha.

Depois de quase uma hora de **tortura**, a vítima foi arrastada para um matagal e executada com vários tiros na cabeça.

A adolescente apreendida, que na época tinha 13 anos, era uma das pessoas envolvidas no crime.

Diante dos fatos, a jovem foi encaminhada para o núcleo de atendimento inicial da FUNAC, onde ficará à disposição do **Ministério Público** e do Poder Judiciário.

A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876

Juliana Sayuri

Em 1876, Inocêncio, um garoto negro, escravizado, morreu na casa de Anna Rosa Viana Ribeiro, uma senhora branca da alta sociedade, casada com o médico e político liberal Carlos Fernando Ribeiro, que depois se tornaria Barão de Grajaú, no Maranhão. O caso, emblemático da crueldade da escravidão da época, ficou famoso como o crime da Baronesa de Grajaú .

Antes das 6h de 14 de novembro de 1876, uma movimentação no centro de São Luís chamou a atenção de Geminiana, uma jovem negra de cerca de 25 anos, que recentemente comprara sua alforria e vivia na rua do Mocambo. Era um enterro.

O caixão era pequeno e estava trancado a chave. Dada a hora, antes do sol forte da manhã maranhense, era de se imaginar que alguém ordenara um enterro discreto de uma criança, quase que na surdina. Junto a sua mãe, Simplícia, Geminiana seguiu os carregadores que levavam o caixão rumo à capela de São José, ao lado do cemitério do Gavião. Lá, precisou protestar para abrirem o esquife. E confirmou o que temia: era seu filho, Inocêncio.

Geminiana viu o corpo de Inocêncio coberto por cicatrizes, contusões e ferimentos. O exame de corpo de delito depois revelaria que a criança tinha sofrido hemorragia cerebral, escoriações, equimose, queimaduras, feridas provocadas por cordas e chicotes, sinais de ruptura do reto e machucados no ânus.

Inocêncio vivera os últimos três meses de vida no Solar das Rosas, o sobrado de Anna Rosa Viana Ribeiro, no centro de São Luís. Ele e seu irmão mais novo, Jacinto, tinham sido comprados como presentes para os filhos dela, que estavam estudando na Europa.

Jacinto morrera no dia 27 de outubro de 1876, também no casarão, mas o caso não foi investigado. Anna Rosa, que se dizia alvo de uma devassa difamatória , argumentava que os garotos tinham vício de comer terra , o que lhes teria feito adoecer e morrer.

Entretanto, Anna Rosa, vinda de uma das principais famílias escravistas de Codó, no interior do Maranhão, já era conhecida pelos castigos cruéis infligidos a seus serviçais.

Certa vez, por exemplo, mandou arrancar todos os dentes de Militina, uma escrava que sorriu a seu marido, o médico Carlos Fernando Ribeiro - em 1884, Dom Pedro II lhe concedeu o título de Barão de Grajaú.

Dado o histórico de Anna Rosa, foi aberto inquérito para investigar a morte de Inocêncio. Os autos do processo, que ficou conhecido como o crime da Baronesa de Grajaú , contam com mais de 800 páginas. Ela foi processada pelo promotor Celso Magalhães (1849-1879).

Documento do século 19 só foi redescoberto na década de 1970

A baronesa chegou a ser presa e foi julgada por homicídio, mas terminou absolvida pelo júri, em fevereiro de 1877, apesar das evidências de **tortura** e dos testemunhos. O promotor tentou recorrer, sem sucesso.

Condenar alguém como Anna Rosa era praticamente impossível na época, dada a composição elitista do júri, diz o **promotor de Justiça** Washington Luiz Maciel Cantanhêde, integrante do Programa Memória do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

[Mas] o fato de conseguir a promotoria de São Luís levar aquela senhora de escravos a sentar-se no banco dos réus do tribunal do júri - que de popular nada tinha, porquanto era expressão de uma sociedade excludente e escravocrata - dá a medida da importância histórica do caso , pondera.

Magalhães, o promotor que processou Anna Rosa, acabou demitido por Ribeiro, o marido da ré, recém-empossado presidente da Província do Maranhão, em 1878.

O julgamento da baronesa escandalizou a sociedade

do século 19, foi bastante discutido na imprensa da época e ficou marcado na memória maranhense. Entretanto, os documentos originais se perderam com o tempo - até que, em 1975, foi publicado o romance Os tambores de São Luís , de Josué Montello (1917-2006), que reconstitui, literariamente, o caso de Anna Rosa.

Montello relevaria, num livro de memórias, que obteve os documentos originais do processo por acaso, durante uma visita a Brasília. O autor queria incluir no romance o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império , escreveu.

Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administrativas de reitor, fui almoçar na casa do Senador José Sarney , registrou o escritor.

Conversa vai, conversa vem, e entre o tinido dos talheres e a mudança dos pratos, falei-lhe do crime, para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos: Aí tem você o processo da Baronesa .

Sarney teria recolhido os documentos em uma pilha de processos antigos do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde trabalhou na juventude, que seriam jogados fora. Após escrever o livro, Montello entregou os papéis ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Em 2009, o **MPMA** obteve a guarda dos autos. Aí se iniciou a transcrição integral dos dois volumes do processo, realizada pelas historiadoras Kelcilene Rose Silva e Surama de Almeida Freitas, e foi publicada a primeira edição do livro Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877 .

Em 2019, os documentos originais foram digitalizados e disponibilizados ao público, em alta resolução; e, em 2020, a segunda edição do livro também foi disponibilizada gratuitamente na internet.

A iniciativa de preservação e difusão dos autos do caso da baronesa foi finalista do Prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** de 2021, contemplada com o Selo Respeito e Diversidade.

Para a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro, o processo traduz um marco na luta pela afirmação da causa abolicionista a partir da arena jurídica, bem como uma referência na evolução da defesa dos **direitos humanos** no Brasil .

Inocência, lembra a promotora, nasceu antes da Lei do

Ventre Livre, de 28 de setembro 1871 - e morreu antes da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Não estava protegido por nenhuma delas.

Então a **tortura** de escravos, dentre eles crianças, ainda era, insuportavelmente, mesmo ao arripio da lei, uma prática de senhores da época, de elevada impunidade , diz Ferro, integrante do Programa Memória do **MPMA**, da Academia Brasileira de Direito e da Academia Maranhense de Letras.

Mais moderno, impossível, sobretudo em um tempo onde felizmente é desafiada, cada vez mais, a vergonhosa herança de preconceito e discriminação vinda do escravismo.

A luta de uma jovem mãe negra por justiça

Desde que foram redescobertos, os documentos do processo contra a baronesa embasaram estudos nos campos da criminologia, do direito e da história, entre outros.

O caso é emblemático, destaca o historiador Alexandre Cardoso, professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões (NEPHSertões).

Mas sempre se lembra do promotor e da baronesa. O menino, a mãe e a avó são apagados. Na memória que se constituiu em torno desse evento o que se vê é o crime da baronesa , não a infância da criança escravizada, a maternidade da negra liberta , critica.

Foi Geminiana, a mãe de Inocência, quem protestou para abrirem o caixão e descobriu que ali estava seu filho.

Não eram nem 6h, era uma tentativa de enterro clandestino. E quem estava na rua a essa hora? Quem trabalhava, as mulheres pretas, carregadoras, lavadeiras, vendeiras, e foram elas que fazem a grita . O escândalo de ver aquela mãe enlutada, vendo o filho muito machucado, às vistas de todo mundo. O pessoal foi para a porta do cemitério, foi para a capela, foi para a rua protestar , conta.

Segundo Cardoso, o processo contra a baronesa foi focado no mundo senhorial e não necessariamente num forte posicionamento contra a escravidão por si. O discurso, destaca ele, era sobre bons e maus senhores - e a baronesa era um exemplo de má senhora.

O discurso da época não era contra a escravidão, era mais sobre tirar maçãs podres como Anna Rosa , avalia a historiadora Maria Helena Pereira Toledo

Machado, professora da Universidade de São Paulo (USP) e atualmente professora visitante da Universidade de Reading, no Reino Unido.

Em 2021, Cardoso e Machado escreveram sobre o caso na coletânea *Ventres Livres?*, organizada por Machado junto a outros historiadores, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes.

Atualmente, estão escrevendo um novo livro, *Geminiana e seus filhos*. Com apoio do pesquisador Hugo Enes, que realizou pesquisas nos arquivos, cúria e cartórios do Maranhão, eles pretendem reconstituir a trajetória da família de Geminiana.

É uma história que vê a luta política dos escravizados. Nos interessa contar como essa mãe, preta, pobre, liberta, lutou, diz Machado.

Nós somos dois pesquisadores brancos. Não queremos explicar para as pessoas que sofrem **racismo** o que é **racismo**, longe de nós. Queremos poder contribuir com o que a gente pode, que é a pesquisa histórica.

A partir da documentação disponível, entende-se que Geminiana nasceu no engenho da família Teixeira Belfort, na vila de Rosário, a 70 km de São Luís.

Ela, escravizada, foi cedida como dote de casamento da filha de Teixeira Belfort, mudando-se para São Luís, onde teve duas filhas, Zaira e Constança. Depois, voltou para o engenho, onde teve dois filhos, Inocência e Jacinto.

Na década de 1870, Geminiana e sua mãe, Simplícia, conseguiram comprar alforria. Constança faleceu, mas não há detalhes sobre sua trajetória, devido à ausência de registros. Zaira, de cerca de 12 anos, foi vendida para outra família, os Araújo Trindade.

Inocência e Jacinto foram vendidos para negociantes, que os passaram para Anna Rosa. Eram chamados de escravinhos.

Eles viveram torturas terríveis. As crianças eram amarradas em gaiolas de jabuti, chicoteadas. O exame de corpo de delito é apavorante. O corpo de Inocência, que nunca foi notado em vida, que era visto como uma mercadoria, passou a ser notado só depois da morte, diz Cardoso.

Mas não se via o Inocência, via-se um corpo dilacerado. Imagine o que ele passou e o que ele sentiu ao ver o irmão morrer. Nós escrevemos e choramos, escrevemos e choramos, acrescenta Machado.

Os destinos de Anna Rosa e Geminiana

Mais de um século depois do caso, Celso Magalhães seria consagrado como patrono do **Ministério Público** do Maranhão, em 1991.

Historiadores como Cardoso e Machado, todavia, têm ressalvas quanto à memória que se construiu sobre Magalhães, retratado como republicano e abolicionista.

Segundo a análise dos autores, não era bem assim: o promotor, que fazia parte do Partido Conservador, seria seguidor das ideias racistas do médico maranhense Nina Rodrigues, que alegava inferioridade racial de populações negras e indígenas.

Magalhães também foi o promotor que processou Geminiana e outras oito mulheres negras, entre escravas e libertas, lideradas pela pajé Amélia Rosa, em novembro de 1877. Elas foram acusadas de agredir Joana, uma escrava da família Araújo Trindade, que certo dia surgiu espancada e pedindo socorro nas ruas da cidade.

Joana teria ido à casa de Amélia Rosa para matá-la a mando do advogado Francisco Duarte, que atuara na defesa de Anna Rosa. Os autos do processo estão no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Amélia Rosa assumiu a culpa da agressão a Joanna, supõe-se que para livrar suas companheiras de pajelança, uma prática popular religiosa que combina elementos das culturas africanas e indígenas. Mas a confissão da pajé não absolveu as demais, que também foram consideradas culpadas.

Penso que Celso Magalhães fez a acusação contra réus tais como Anna Rosa Viana Ribeiro com muito gosto e, a contragosto, acusações contra réus vulneráveis, mas ainda assim passíveis de punição, na visão dele, que era, afinal, um promotor, afirma o promotor Washington Luiz Maciel Cantanhêde, do **MPMA**.

Tal fato eleva-o mais ainda como agente da justiça considerado, ontem como hoje, a parte imparcial.

Nos tribunais, as réus tiveram destinos diferentes: Geminiana, negra liberta, foi condenada a 5 anos de prisão; Anna Rosa, baronesa branca, foi absolvida.

Sabia que a BBC está também no Telegram? Inscreva-se no canal.

Site: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60492824>

A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876

Em 1876, Inocêncio, um garoto negro, escravizado, morreu na casa de Anna Rosa Viana Ribeiro, uma senhora branca da alta sociedade, casada com o médico e político liberal Carlos Fernando Ribeiro, que depois se tornaria Barão de Grajaú, no Maranhão. O caso, emblemático da crueldade da escravidão da época, ficou famoso como o crime da Baronesa de Grajaú .

Antes das 6h de 14 de novembro de 1876, uma movimentação no centro de São Luís chamou a atenção de Geminiana, uma jovem negra de cerca de 25 anos, que recentemente comprara sua alforria e vivia na rua do Mocambo. Era um enterro.

O caixão era pequeno e estava trancado a chave. Dada a hora, antes do sol forte da manhã maranhense, era de se imaginar que alguém ordenara um enterro discreto de uma criança, quase que na surdina. Junto a sua mãe, Simplícia, Geminiana seguiu os carregadores que levavam o caixão rumo à capela de São José, ao lado do cemitério do Gavião. Lá, precisou protestar para abrirem o esquife. E confirmou o que temia: era seu filho, Inocêncio.

Geminiana viu o corpo de Inocêncio coberto por cicatrizes, contusões e ferimentos. O exame de corpo de delito depois revelaria que a criança tinha sofrido hemorragia cerebral, escoriações, equimose, queimaduras, feridas provocadas por cordas e chicotes, sinais de ruptura do reto e machucados no ânus.

Inocêncio vivera os últimos três meses de vida no Solar das Rosas, o sobrado de Anna Rosa Viana Ribeiro, no centro de São Luís. Ele e seu irmão mais novo, Jacinto, tinham sido comprados como presentes para os filhos dela, que estavam estudando na Europa.

Jacinto morrera no dia 27 de outubro de 1876, também no casarão, mas o caso não foi investigado. Anna Rosa, que se dizia alvo de uma devassa difamatória, argumentava que os garotos tinham vício de comer terra , o que lhes teria feito adoecer e morrer.

Entretanto, Anna Rosa, vinda de uma das principais

famílias escravistas de Codó, no interior do Maranhão, já era conhecida pelos castigos cruéis infligidos a seus serviçais.

Certa vez, por exemplo, mandou arrancar todos os dentes de Militina, uma escrava que sorriu a seu marido, o médico Carlos Fernando Ribeiro - em 1884, Dom Pedro II lhe concedeu o título de Barão de Grajaú.

Dado o histórico de Anna Rosa, foi aberto inquérito para investigar a morte de Inocêncio. Os autos do processo, que ficou conhecido como o crime da Baronesa de Grajaú , contam com mais de 800 páginas. Ela foi processada pelo promotor Celso Magalhães (1849-1879).

A baronesa chegou a ser presa e foi julgada por homicídio, mas terminou absolvida pelo júri, em fevereiro de 1877, apesar das evidências de **tortura** e dos testemunhos. O promotor tentou recorrer, sem sucesso.

Condenar alguém como Anna Rosa era praticamente impossível na época, dada a composição elitista do júri, diz o **promotor de Justiça** Washington Luiz Maciel Cantanhêde, integrante do Programa Memória do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

[Mas] o fato de conseguir a promotoria de São Luís levar aquela senhora de escravos a sentar-se no banco dos réus do tribunal do júri - que de popular nada tinha, porquanto era expressão de uma sociedade excludente e escravocrata - dá a medida da importância histórica do caso , pondera.

Magalhães, o promotor que processou Anna Rosa, acabou demitido por Ribeiro, o marido da ré, recém-empossado presidente da Província do Maranhão, em 1878.

O julgamento da baronesa escandalizou a sociedade do século 19, foi bastante discutido na imprensa da época e ficou marcado na memória maranhense. Entretanto, os documentos originais se perderam com o tempo - até que, em 1975, foi publicado o romance Os tambores de São Luís , de Josué Montello (1917-

2006), que reconstitui, literariamente, o caso de Anna Rosa.

Montello relevaria, num livro de memórias, que obteve os documentos originais do processo por acaso, durante uma visita a Brasília. O autor queria incluir no romance o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império, escreveu.

Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administrativas de reitor, fui almoçar na casa do Senador José Sarney, registrou o escritor.

Conversa vai, conversa vem, e entre o tinido dos talheres e a mudança dos pratos, falei-lhe do crime, para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos: Aí tem você o processo da Baronesa

Sarney teria recolhido os documentos em uma pilha de processos antigos do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde trabalhou na juventude, que seriam jogados fora. Após escrever o livro, Montello entregou os papéis ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Em 2009, o **MPMA** obteve a guarda dos autos. Aí se iniciou a transcrição integral dos dois volumes do processo, realizada pelas historiadoras Kelcilene Rose Silva e Surama de Almeida Freitas, e foi publicada a primeira edição do livro Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877.

Em 2019, os documentos originais foram digitalizados e disponibilizados ao público, em alta resolução; e, em 2020, a segunda edição do livro também foi disponibilizada gratuitamente na internet.

A iniciativa de preservação e difusão dos autos do caso da baronesa foi finalista do Prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** de 2021, contemplada com o Selo Respeito e Diversidade.

Para a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro, o processo traduz um marco na luta pela afirmação da causa abolicionista a partir da arena jurídica, bem como uma referência na evolução da defesa dos **direitos humanos** no Brasil.

Inocêncio, lembra a promotora, nasceu antes da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro 1871 - e morreu antes da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Não estava protegido por nenhuma delas.

Então a **tortura** de escravos, dentre eles crianças,

ainda era, insuportavelmente, mesmo ao arripio da lei, uma prática de senhores da época, de elevada impunidade, diz Ferro, integrante do Programa Memória do **MPMA**, da Academia Brasileira de Direito e da Academia Maranhense de Letras.

Mais moderno, impossível, sobretudo em um tempo onde felizmente é desafiada, cada vez mais, a vergonhosa herança de preconceito e discriminação vinda do escravismo.

Desde que foram redescobertos, os documentos do processo contra a baronesa embasaram estudos nos campos da criminologia, do direito e da história, entre outros.

O caso é emblemático, destaca o historiador Alexandre Cardoso, professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões (NEPHSertões).

Mas sempre se lembra do promotor e da baronesa. O menino, a mãe e a avó são apagados. Na memória que se constituiu em torno desse evento o que se vê é o crime da baronesa, não a infância da criança escravizada, a maternidade da negra liberta, critica.

Foi Geminiana, a mãe de Inocêncio, quem protestou para abrirem o caixão e descobriu que ali estava seu filho.

Não eram nem 6h, era uma tentativa de enterro clandestino. E quem estava na rua a essa hora? Quem trabalhava, as mulheres pretas, carregadoras, lavadeiras, vendeiras, e foram elas que fazem a grita. O escândalo de ver aquela mãe enlutada, vendo o filho muito machucado, às vistas de todo mundo. O pessoal foi para a porta do cemitério, foi para a capela, foi para a rua protestar, conta.

Segundo Cardoso, o processo contra a baronesa foi focado no mundo senhorial e não necessariamente num forte posicionamento contra a escravidão por si. O discurso, destaca ele, era sobre bons e maus senhores - e a baronesa era um exemplo de má senhora.

O discurso da época não era contra a escravidão, era mais sobre tirar maçãs podres como Anna Rosa, avalia a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, professora da Universidade de São Paulo (USP) e atualmente professora visitante da Universidade de Reading, no Reino Unido.

Em 2021, Cardoso e Machado escreveram sobre o caso na coletânea Ventres Livres?, organizada por Machado junto a outros historiadores, Luciana da Cruz

Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes.

Atualmente, estão escrevendo um novo livro, Geminiana e seus filhos . Com apoio do pesquisador Hugo Enes, que realizou pesquisas nos arquivos, cúria e cartórios do Maranhão, eles pretendem reconstituir a trajetória da família de Geminiana.

É uma história que vê a luta política dos escravizados. Nos interessa contar como essa mãe, preta, pobre, liberta, lutou , diz Machado.

Nós somos dois pesquisadores brancos. Não queremos explicar para as pessoas que sofrem **racismo** o que é **racismo**, longe de nós. Queremos poder contribuir com o que a gente pode, que é a pesquisa histórica.

A partir da documentação disponível, entende-se que Geminiana nasceu no engenho da família Teixeira Belfort, na vila de Rosário, a 70 km de São Luís.

Ela, escravizada, foi cedida como dote de casamento da filha de Teixeira Belfort, mudando-se para São Luís, onde teve duas filhas, Zaira e Constança. Depois, voltou para o engenho, onde teve dois filhos, Inocência e Jacinto.

Na década de 1870, Geminiana e sua mãe, Simplícia, conseguiram comprar alforria. Constança faleceu, mas não há detalhes sobre sua trajetória, devido à ausência de registros. Zaira, de cerca de 12 anos, foi vendida para outra família, os Araújo Trindade.

Inocência e Jacinto foram vendidos para negociantes, que os passaram para Anna Rosa. Eram chamados de escravinhos .

Eles viveram torturas terríveis. As crianças eram amarradas em gaiolas de jabuti, chicoteadas. O exame de corpo de delito é apavorante. O corpo de Inocência, que nunca foi notado em vida, que era visto como uma mercadoria, passou a ser notado só depois da morte , diz Cardoso.

Mas não se via o Inocência, via-se um corpo dilacerado. Imagine o que ele passou e o que ele sentiu ao ver o irmão morrer. Nós escrevemos e choramos, escrevemos e choramos , acrescenta Machado.

Mais de um século depois do caso, Celso Magalhães seria consagrado como patrono do **Ministério Público** do Maranhão, em 1991.

Historiadores como Cardoso e Machado, todavia, têm ressalvas quanto à memória que se construiu sobre

Magalhães, retratado como republicano e abolicionista.

Segundo a análise dos autores, não era bem assim: o promotor, que fazia parte do Partido Conservador, seria seguidor das ideias racistas do médico maranhense Nina Rodrigues, que alegava inferioridade racial de populações negras e indígenas.

Magalhães também foi o promotor que processou Geminiana e outras oito mulheres negras, entre escravas e libertas, lideradas pela pajé Amélia Rosa, em novembro de 1877. Elas foram acusadas de agredir Joana, uma escrava da família Araújo Trindade, que certo dia surgiu espancada e pedindo socorro nas ruas da cidade.

Joana teria ido à casa de Amélia Rosa para matá-la a mando do advogado Francisco Duarte, que atuara na defesa de Anna Rosa. Os autos do processo estão no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Amélia Rosa assumiu a culpa da agressão a Joanna, supõe-se que para livrar suas companheiras de pajelança, uma prática popular religiosa que combina elementos das culturas africanas e indígenas. Mas a confissão da pajé não absolveu as demais, que também foram consideradas culpadas.

Penso que Celso Magalhães fez a acusação contra réus tais como Anna Rosa Viana Ribeiro com muito gosto e, a contragosto, acusações contra réus vulneráveis, mas ainda assim passíveis de punição, na visão dele, que era, afinal, um promotor , afirma o promotor Washington Luiz Maciel Cantanhêde, do **MPMA**.

Tal fato eleva-o mais ainda como agente da justiça considerado, ontem como hoje, a parte imparcial.

Nos tribunais, as réus tiveram destinos diferentes: Geminiana, negra liberta, foi condenada a 5 anos de prisão; Anna Rosa, baronesa branca, foi absolvida.

Sabia que a BBC está também no Telegram? Inscreva-se no canal .

Site: <https://noticias-do-brasil.com/noticias/2022/03/12/a-terrivel-historia-da-baronesa-que-torturou-e-matou-um-garoto-negro-de-8-anos-no-maranhao-em-1876.html>

PGJ entrega a secretário de Meio Ambiente doações a vítimas de enchentes no Maranhão

omaranhense

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, fez a entrega oficial ao secretário de Estado do Meio Ambiente, Diego Rolim, das cestas básicas arrecadadas pelo **Ministério Público** do Maranhão para as vítimas de enchentes no Maranhão. Os alimentos foram doados por membros e servidores do **MPMA** após realização de campanha interna no órgão.

"O secretário Diego Rolim está recebendo as cestas básicas que foram arrecadadas pelo **Ministério Público** para amenizar a situação difícil que vem ocorrendo em vários municípios maranhenses. Essa é uma forma de tentarmos contribuir para diminuir um pouco o sofrimento dessas pessoas", destacou Eduardo Nicolau, entregando, simbolicamente, uma cesta básica ao secretário.

Diego Rolim agradeceu o gesto do **Ministério Público** do Maranhão e explicou que o Governo do Estado irá levar as doações de helicóptero para as regiões mais atingidas pelas enchentes registradas nos últimos meses no estado.

A entrega das cestas básicas foi acompanhada pelo diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Carlos Henrique Vieira.

Site: <https://omaranhense.com/pgj-entrega-a-secretario-de-meio-ambiente-doacoes-a-vitimas-de-enchentes-no-maranhao/>

A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876

Em 1876, Inocêncio, um garoto negro, escravizado, morreu na casa de Anna Rosa Viana Ribeiro, uma senhora branca da alta sociedade, casada com o médico e político liberal Carlos Fernando Ribeiro, que depois se tornaria Barão de Grajaú, no Maranhão. O caso, emblemático da crueldade da escravidão da época, ficou famoso como o crime da Baronesa de Grajaú .

Antes das 6h de 14 de novembro de 1876, uma movimentação no centro de São Luís chamou a atenção de Geminiana, uma jovem negra de cerca de 25 anos, que recentemente comprara sua alforria e vivia na rua do Mocambo. Era um enterro.

O caixão era pequeno e estava trancado a chave. Dada a hora, antes do sol forte da manhã maranhense, era de se imaginar que alguém ordenara um enterro discreto de uma criança, quase que na surdina. Junto a sua mãe, Simplícia, Geminiana seguiu os carregadores que levavam o caixão rumo à capela de São José, ao lado do cemitério do Gavião. Lá, precisou protestar para abrirem o esquife. E confirmou o que temia: era seu filho, Inocêncio.

Geminiana viu o corpo de Inocêncio coberto por cicatrizes, contusões e ferimentos. O exame de corpo de delito depois revelaria que a criança tinha sofrido hemorragia cerebral, escoriações, equimose, queimaduras, feridas provocadas por cordas e chicotes, sinais de ruptura do reto e machucados no ânus.

Inocêncio vivera os últimos três meses de vida no Solar das Rosas, o sobrado de Anna Rosa Viana Ribeiro, no centro de São Luís. Ele e seu irmão mais novo, Jacinto, tinham sido comprados como presentes para os filhos dela, que estavam estudando na Europa.

Jacinto morrera no dia 27 de outubro de 1876, também no casarão, mas o caso não foi investigado. Anna Rosa, que se dizia alvo de uma devassa difamatória, argumentava que os garotos tinham vício de comer terra , o que lhes teria feito adoecer e morrer.

Entretanto, Anna Rosa, vinda de uma das principais

famílias escravistas de Codó, no interior do Maranhão, já era conhecida pelos castigos cruéis infligidos a seus serviçais.

Certa vez, por exemplo, mandou arrancar todos os dentes de Militina, uma escrava que sorriu a seu marido, o médico Carlos Fernando Ribeiro - em 1884, Dom Pedro II lhe concedeu o título de Barão de Grajaú.

Dado o histórico de Anna Rosa, foi aberto inquérito para investigar a morte de Inocêncio. Os autos do processo, que ficou conhecido como o crime da Baronesa de Grajaú , contam com mais de 800 páginas. Ela foi processada pelo promotor Celso Magalhães (1849-1879).

A baronesa chegou a ser presa e foi julgada por homicídio, mas terminou absolvida pelo júri, em fevereiro de 1877, apesar das evidências de **tortura** e dos testemunhos. O promotor tentou recorrer, sem sucesso.

Condenar alguém como Anna Rosa era praticamente impossível na época, dada a composição elitista do júri, diz o **promotor de Justiça** Washington Luiz Maciel Cantanhêde, integrante do Programa Memória do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

[Mas] o fato de conseguir a promotoria de São Luís levar aquela senhora de escravos a sentar-se no banco dos réus do tribunal do júri - que de popular nada tinha, porquanto era expressão de uma sociedade excludente e escravocrata - dá a medida da importância histórica do caso , pondera.

Magalhães, o promotor que processou Anna Rosa, acabou demitido por Ribeiro, o marido da ré, recém-empossado presidente da Província do Maranhão, em 1878.

O julgamento da baronesa scandalizou a sociedade do século 19, foi bastante discutido na imprensa da época e ficou marcado na memória maranhense. Entretanto, os documentos originais se perderam com o tempo - até que, em 1975, foi publicado o romance Os tambores de São Luís , de Josué Montello (1917-

2006), que reconstitui, literariamente, o caso de Anna Rosa.

Montello relevaria, num livro de memórias, que obteve os documentos originais do processo por acaso, durante uma visita a Brasília. O autor queria incluir no romance o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império , escreveu.

Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administrativas de reitor, fui almoçar na casa do Senador José Sarney , registrou o escritor.

Conversa vai, conversa vem, e entre o tinido dos talheres e a mudança dos pratos, falei-lhe do crime, para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos: Aí tem você o processo da Baronesa .

Sarney teria recolhido os documentos em uma pilha de processos antigos do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde trabalhou na juventude, que seriam jogados fora. Após escrever o livro, Montello entregou os papéis ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Em 2009, o **MPMA** obteve a guarda dos autos. Aí se iniciou a transcrição integral dos dois volumes do processo, realizada pelas historiadoras Kelcilene Rose Silva e Surama de Almeida Freitas, e foi publicada a primeira edição do livro Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877 .

Em 2019, os documentos originais foram digitalizados e disponibilizados ao público, em alta resolução; e, em 2020, a segunda edição do livro também foi disponibilizada gratuitamente na internet.

A iniciativa de preservação e difusão dos autos do caso da baronesa foi finalista do Prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** de 2021, contemplada com o Selo Respeito e Diversidade.

Para a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro, o processo traduz um marco na luta pela afirmação da causa abolicionista a partir da arena jurídica, bem como uma referência na evolução da defesa dos **direitos humanos** no Brasil .

Inocência, lembra a promotora, nasceu antes da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro 1871 - e morreu antes da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Não estava protegido por nenhuma delas.

Então a **tortura** de escravos, dentre eles crianças,

ainda era, insuportavelmente, mesmo ao arripio da lei, uma prática de senhores da época, de elevada impunidade , diz Ferro, integrante do Programa Memória do **MPMA**, da Academia Brasileira de Direito e da Academia Maranhense de Letras.

Mais moderno, impossível, sobretudo em um tempo onde felizmente é desafiada, cada vez mais, a vergonhosa herança de preconceito e discriminação vinda do escravismo.

Desde que foram redescobertos, os documentos do processo contra a baronesa embasaram estudos nos campos da criminologia, do direito e da história, entre outros.

O caso é emblemático, destaca o historiador Alexandre Cardoso, professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões (NEPHSertões).

Mas sempre se lembra do promotor e da baronesa. O menino, a mãe e a avó são apagados. Na memória que se constituiu em torno desse evento o que se vê é o crime da baronesa , não a infância da criança escravizada, a maternidade da negra liberta , critica.

Foi Geminiana, a mãe de Inocência, quem protestou para abrirem o caixão e descobriu que ali estava seu filho.

Não eram nem 6h, era uma tentativa de enterro clandestino. E quem estava na rua a essa hora? Quem trabalhava, as mulheres pretas, carregadoras, lavadeiras, vendeiras, e foram elas que fazem a grita . O escândalo de ver aquela mãe enlutada, vendo o filho muito machucado, às vistas de todo mundo. O pessoal foi para a porta do cemitério, foi para a capela, foi para a rua protestar , conta.

Segundo Cardoso, o processo contra a baronesa foi focado no mundo senhorial e não necessariamente num forte posicionamento contra a escravidão por si. O discurso, destaca ele, era sobre bons e maus senhores - e a baronesa era um exemplo de má senhora.

O discurso da época não era contra a escravidão, era mais sobre tirar maçãs podres como Anna Rosa , avalia a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, professora da Universidade de São Paulo (USP) e atualmente professora visitante da Universidade de Reading, no Reino Unido.

Em 2021, Cardoso e Machado escreveram sobre o caso na coletânea Ventres Livres?, organizada por Machado junto a outros historiadores, Luciana da Cruz

Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes.

Atualmente, estão escrevendo um novo livro, Geminiana e seus filhos . Com apoio do pesquisador Hugo Enes, que realizou pesquisas nos arquivos, cúria e cartórios do Maranhão, eles pretendem reconstituir a trajetória da família de Geminiana.

É uma história que vê a luta política dos escravizados. Nos interessa contar como essa mãe, preta, pobre, liberta, lutou , diz Machado.

Nós somos dois pesquisadores brancos. Não queremos explicar para as pessoas que sofrem **racismo** o que é **racismo**, longe de nós. Queremos poder contribuir com o que a gente pode, que é a pesquisa histórica.

A partir da documentação disponível, entende-se que Geminiana nasceu no engenho da família Teixeira Belfort, na vila de Rosário, a 70 km de São Luís.

Ela, escravizada, foi cedida como dote de casamento da filha de Teixeira Belfort, mudando-se para São Luís, onde teve duas filhas, Zaira e Constança. Depois, voltou para o engenho, onde teve dois filhos, Inocência e Jacinto.

Na década de 1870, Geminiana e sua mãe, Simplícia, conseguiram comprar alforria. Constança faleceu, mas não há detalhes sobre sua trajetória, devido à ausência de registros. Zaira, de cerca de 12 anos, foi vendida para outra família, os Araújo Trindade.

Inocência e Jacinto foram vendidos para negociantes, que os passaram para Anna Rosa. Eram chamados de escravinhos .

Eles viveram torturas terríveis. As crianças eram amarradas em gaiolas de jabuti, chicoteadas. O exame de corpo de delito é apavorante. O corpo de Inocência, que nunca foi notado em vida, que era visto como uma mercadoria, passou a ser notado só depois da morte , diz Cardoso.

Mas não se via o Inocência, via-se um corpo dilacerado. Imagine o que ele passou e o que ele sentiu ao ver o irmão morrer. Nós escrevemos e choramos, escrevemos e choramos , acrescenta Machado.

Mais de um século depois do caso, Celso Magalhães seria consagrado como patrono do **Ministério Público** do Maranhão, em 1991.

Historiadores como Cardoso e Machado, todavia, têm ressalvas quanto à memória que se construiu sobre

Magalhães, retratado como republicano e abolicionista.

Segundo a análise dos autores, não era bem assim: o promotor, que fazia parte do Partido Conservador, seria seguidor das ideias racistas do médico maranhense Nina Rodrigues, que alegava inferioridade racial de populações negras e indígenas.

Magalhães também foi o promotor que processou Geminiana e outras oito mulheres negras, entre escravas e libertas, lideradas pela pajé Amélia Rosa, em novembro de 1877. Elas foram acusadas de agredir Joana, uma escrava da família Araújo Trindade, que certo dia surgiu espancada e pedindo socorro nas ruas da cidade.

Joana teria ido à casa de Amélia Rosa para matá-la a mando do advogado Francisco Duarte, que atuara na defesa de Anna Rosa. Os autos do processo estão no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Amélia Rosa assumiu a culpa da agressão a Joanna, supõe-se que para livrar suas companheiras de pajelança, uma prática popular religiosa que combina elementos das culturas africanas e indígenas. Mas a confissão da pajé não absolveu as demais, que também foram consideradas culpadas.

Penso que Celso Magalhães fez a acusação contra réus tais como Anna Rosa Viana Ribeiro com muito gosto e, a contragosto, acusações contra réus vulneráveis, mas ainda assim passíveis de punição, na visão dele, que era, afinal, um promotor , afirma o promotor Washington Luiz Maciel Cantanhêde, do **MPMA**.

Tal fato eleva-o mais ainda como agente da justiça considerado, ontem como hoje, a parte imparcial.

Nos tribunais, as réus tiveram destinos diferentes: Geminiana, negra liberta, foi condenada a 5 anos de prisão; Anna Rosa, baronesa branca, foi absolvida.

Sabia que a BBC está também no Telegram? Inscreva-se no canal .

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/a-terrivel-historia-da-baronesa-que-torturou-e-matou-um-garoto-negro-de-8-anos-no-maranhao-em-1876,b0f2ac4367d02a4ffcd43cf06caa6bb2ieqo687e.html>

A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876

Em 1876, Inocêncio, um garoto negro, escravizado, morreu na casa de Anna Rosa Viana Ribeiro, uma senhora branca da alta sociedade e que acabou sendo levada a julgamento sob acusação de ter torturado e matado o menino.

Em 1876, Inocêncio, um garoto negro, escravizado, morreu na casa de Anna Rosa Viana Ribeiro, uma senhora branca da alta sociedade, casada com o médico e político liberal Carlos Fernando Ribeiro, que depois se tornaria Barão de Grajaú, no Maranhão. O caso, emblemático da crueldade da escravidão da época, ficou famoso como o crime da Baronesa de Grajaú .

Antes das 6h de 14 de novembro de 1876, uma movimentação no centro de São Luís chamou a atenção de Geminiana, uma jovem negra de cerca de 25 anos, que recentemente comprara sua alforria e vivia na rua do Mocambo. Era um enterro.

O caixão era pequeno e estava trancado a chave. Dada a hora, antes do sol forte da manhã maranhense, era de se imaginar que alguém ordenara um enterro discreto de uma criança, quase que na surdina. Junto a sua mãe, Simplícia, Geminiana seguiu os carregadores que levavam o caixão rumo à capela de São José, ao lado do cemitério do Gavião. Lá, precisou protestar para abrirem o esquife. E confirmou o que temia: era seu filho, Inocêncio.

Geminiana viu o corpo de Inocêncio coberto por cicatrizes, contusões e ferimentos. O exame de corpo de delito depois revelaria que a criança tinha sofrido hemorragia cerebral, escoriações, equimose, queimaduras, feridas provocadas por cordas e chicotes, sinais de ruptura do reto e machucados no ânus.

Inocêncio vivera os últimos três meses de vida no Solar das Rosas, o sobrado de Anna Rosa Viana Ribeiro, no centro de São Luís. Ele e seu irmão mais novo, Jacinto, tinham sido comprados como presentes para os filhos dela, que estavam estudando na Europa.

Jacinto morrera no dia 27 de outubro de 1876, também

no casarão, mas o caso não foi investigado. Anna Rosa, que se dizia alvo de uma devassa difamatória , argumentava que os garotos tinham vício de comer terra , o que lhes teria feito adoecer e morrer.

Entretanto, Anna Rosa, vinda de uma das principais famílias escravistas de Codó, no interior do Maranhão, já era conhecida pelos castigos cruéis infligidos a seus serviços.

Certa vez, por exemplo, mandou arrancar todos os dentes de Militina, uma escrava que sorriu a seu marido, o médico Carlos Fernando Ribeiro - em 1884, Dom Pedro II lhe concedeu o título de Barão de Grajaú.

Dado o histórico de Anna Rosa, foi aberto inquérito para investigar a morte de Inocêncio. Os autos do processo, que ficou conhecido como o crime da Baronesa de Grajaú , contam com mais de 800 páginas. Ela foi processada pelo promotor Celso Magalhães (1849-1879).

A baronesa chegou a ser presa e foi julgada por homicídio, mas terminou absolvida pelo júri, em fevereiro de 1877, apesar das evidências de **tortura** e dos testemunhos. O promotor tentou recorrer, sem sucesso.

Condenar alguém como Anna Rosa era praticamente impossível na época, dada a composição elitista do júri, diz o **promotor de Justiça** Washington Luiz Maciel Cantanhêde, integrante do Programa Memória do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

[Mas] o fato de conseguir a promotoria de São Luís levar aquela senhora de escravos a sentar-se no banco dos réus do tribunal do júri - que de popular nada tinha, porquanto era expressão de uma sociedade excludente e escravocrata - dá a medida da importância histórica do caso , pondera.

Magalhães, o promotor que processou Anna Rosa, acabou demitido por Ribeiro, o marido da ré, recém-empossado presidente da Província do Maranhão, em 1878.

O julgamento da baronesa scandalizou a sociedade do século 19, foi bastante discutido na imprensa da época e ficou marcado na memória maranhense. Entretanto, os documentos originais se perderam com o tempo? até que, em 1975, foi publicado o romance Os tambores de São Luís, de Josué Montello (1917-2006), que reconstituiu, literariamente, o caso de Anna Rosa.

Montello relevaria, num livro de memórias, que obteve os documentos originais do processo por acaso, durante uma visita a Brasília. O autor queria incluir no romance o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império, escreveu.

Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administrativas de reitor, fui almoçar na casa do Senador José Sarney, registrou o escritor.

Conversa vai, conversa vem, e entre o tinido dos talheres e a mudança dos pratos, falei-lhe do crime, para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos: Aí tem você o processo da Baronesa

Sarney teria recolhido os documentos em uma pilha de processos antigos do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde trabalhou na juventude, que seriam jogados fora. Após escrever o livro, Montello entregou os papéis ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Em 2009, o **MPMA** obteve a guarda dos autos. Aí se iniciou a transcrição integral dos dois volumes do processo, realizada pelas historiadoras Kelcilene Rose Silva e Surama de Almeida Freitas, e foi publicada a primeira edição do livro Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877.

Em 2019, os documentos originais foram digitalizados e disponibilizados ao público, em alta resolução; e, em 2020, a segunda edição do livro também foi disponibilizada gratuitamente na internet.

A iniciativa de preservação e difusão dos autos do caso da baronesa foi finalista do Prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** de 2021, contemplada com o Selo Respeito e Diversidade.

Para a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro, o processo traduz um marco na luta pela afirmação da causa abolicionista a partir da arena jurídica, bem como uma referência na evolução da defesa dos **direitos humanos** no Brasil.

Inocência, lembra a promotora, nasceu antes da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro 1871 - e morreu antes da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Não estava protegido por nenhuma delas.

Então a **tortura** de escravos, dentre eles crianças, ainda era, insuportavelmente, mesmo ao arripio da lei, uma prática de senhores da época, de elevada impunidade, diz Ferro, integrante do Programa Memória do **MPMA**, da Academia Brasileira de Direito e da Academia Maranhense de Letras.

Mais moderno, impossível, sobretudo em um tempo onde felizmente é desafiada, cada vez mais, a vergonhosa herança de preconceito e discriminação vinda do escravismo.

Desde que foram redescobertos, os documentos do processo contra a baronesa embasaram estudos nos campos da criminologia, do direito e da história, entre outros.

O caso é emblemático, destaca o historiador Alexandre Cardoso, professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões (NEPHSertões).

Mas sempre se lembra do promotor e da baronesa. O menino, a mãe e a avó são apagados. Na memória que se constituiu em torno desse evento o que se vê é o crime da baronesa, não a infância da criança escravizada, a maternidade da negra liberta, critica.

Foi Geminiana, a mãe de Inocência, quem protestou para abrirem o caixão e descobriu que ali estava seu filho.

Não eram nem 6h, era uma tentativa de enterro clandestino. E quem estava na rua a essa hora? Quem trabalhava, as mulheres pretas, carregadoras, lavadeiras, vendeiras, e foram elas que fazem a grita. O escândalo de ver aquela mãe enlutada, vendo o filho muito machucado, às vistas de todo mundo. O pessoal foi para a porta do cemitério, foi para a capela, foi para a rua protestar, conta.

Segundo Cardoso, o processo contra a baronesa foi focado no mundo senhorial e não necessariamente num forte posicionamento contra a escravidão por si. O discurso, destaca ele, era sobre bons e maus senhores - e a baronesa era um exemplo de má senhora.

O discurso da época não era contra a escravidão, era mais sobre tirar maçãs podres como Anna Rosa, avalia a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, professora da Universidade de São Paulo

(USP) e atualmente professora visitante da Universidade de Reading, no Reino Unido.

Em 2021, Cardoso e Machado escreveram sobre o caso na coletânea *Ventres Livres?*, organizada por Machado junto a outros historiadores, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes.

Atualmente, estão escrevendo um novo livro, *Geminiana e seus filhos*. Com apoio do pesquisador Hugo Enes, que realizou pesquisas nos arquivos, cúria e cartórios do Maranhão, eles pretendem reconstituir a trajetória da família de Geminiana.

É uma história que vê a luta política dos escravizados. Nos interessa contar como essa mãe, preta, pobre, liberta, lutou, diz Machado.

Nós somos dois pesquisadores brancos. Não queremos explicar para as pessoas que sofrem **racismo** o que é **racismo**, longe de nós. Queremos poder contribuir com o que a gente pode, que é a pesquisa histórica.

A partir da documentação disponível, entende-se que Geminiana nasceu no engenho da família Teixeira Belfort, na vila de Rosário, a 70 km de São Luís.

Ela, escravizada, foi cedida como dote de casamento da filha de Teixeira Belfort, mudando-se para São Luís, onde teve duas filhas, Zaira e Constança. Depois, voltou para o engenho, onde teve dois filhos, Inocência e Jacinto.

Na década de 1870, Geminiana e sua mãe, Simplícia, conseguiram comprar alforria. Constança faleceu, mas não há detalhes sobre sua trajetória, devido à ausência de registros. Zaira, de cerca de 12 anos, foi vendida para outra família, os Araújo Trindade.

Inocência e Jacinto foram vendidos para negociantes, que os passaram para Anna Rosa. Eram chamados de escravinhos.

Eles viveram torturas terríveis. As crianças eram amarradas em gaiolas de jabuti, chicoteadas. O exame de corpo de delito é apavorante. O corpo de Inocência, que nunca foi notado em vida, que era visto como uma mercadoria, passou a ser notado só depois da morte, diz Cardoso.

Mas não se via o Inocência, via-se um corpo dilacerado. Imagine o que ele passou e o que ele sentiu ao ver o irmão morrer. Nós escrevemos e choramos, escrevemos e choramos, acrescenta Machado.

Mais de um século depois do caso, Celso Magalhães seria consagrado como patrono do **Ministério Público** do Maranhão, em 1991.

Historiadores como Cardoso e Machado, todavia, têm ressalvas quanto à memória que se construiu sobre Magalhães, retratado como republicano e abolicionista.

Segundo a análise dos autores, não era bem assim: o promotor, que fazia parte do Partido Conservador, seria seguidor das ideias racistas do médico maranhense Nina Rodrigues, que alegava inferioridade racial de populações negras e indígenas.

Magalhães também foi o promotor que processou Geminiana e outras oito mulheres negras, entre escravas e libertas, lideradas pela pajé Amélia Rosa, em novembro de 1877. Elas foram acusadas de agredir Joana, uma escrava da família Araújo Trindade, que certo dia surgiu espancada e pedindo socorro nas ruas da cidade.

Joana teria ido à casa de Amélia Rosa para matá-la a mando do advogado Francisco Duarte, que atuara na defesa de Anna Rosa. Os autos do processo estão no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Amélia Rosa assumiu a culpa da agressão a Joanna, supõe-se que para livrar suas companheiras de pajelança, uma prática popular religiosa que combina elementos das culturas africanas e indígenas. Mas a confissão da pajé não absolveu as demais, que também foram consideradas culpadas.

Penso que Celso Magalhães fez a acusação contra réus tais como Anna Rosa Viana Ribeiro com muito gosto e, a contragosto, acusações contra réus vulneráveis, mas ainda assim passíveis de punição, na visão dele, que era, afinal, um promotor, afirma o promotor Washington Luiz Maciel Cantanhêde, do **MPMA**.

Tal fato eleva-o mais ainda como agente da justiça considerado, ontem como hoje, a parte imparcial.

Nos tribunais, as réus tiveram destinos diferentes: Geminiana, negra liberta, foi condenada a 5 anos de prisão; Anna Rosa, baronesa branca, foi absolvida.

Sabia que a BBC está também no Telegram? Inscreva-se no canal.

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube? Inscreva-se no nosso canal!

<https://www.youtube.com/watch?v=AI365qzdjZE>

<https://www.youtube.com/watch?v=RyBglg9zGJ4>

<https://www.youtube.com/watch?v=-KT5pVtpHgo>

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/03/12/a-terrivel-historia-da-baronesa-que-torturou-e-matou-um-garoto-negro-de-8-anos-no-maranhao-em-1876.htm>

MPMA aciona Prefeitura por eleição do Conselho do Fundeb

A 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação de São Luís ingressou, na última segunda-feira, 7, com uma **Ação Civil Pública** (ACP) contra o Município de São Luís, a respeito do funcionamento do Conselho do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e da eleição de seus componentes.

De acordo com a apuração do **Ministério Público** do Maranhão, o Conselho está irregular perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pois a Prefeitura não prestou as informações necessárias. A lei municipal que disciplina o funcionamento do Conselho do Fundeb tramitou na Câmara Municipal durante todo o ano de 2021, tendo sido publicizada somente em 23 de dezembro.

De acordo com a ACP, sobraram apenas cinco meses de todo o período de funcionamento do Conselho, o que ainda depende da adoção de medidas previstas na lei nº 14.113/2020, até o momento não providenciadas pela gestão municipal. Em 2021, o Conselho do Fundeb de São Luís não realizou nenhuma sessão.

"O Conselho do Fundeb jamais teve estrutura que materializasse a sua autonomia funcional para deliberar sobre contas. Não teve acesso a nenhum dado ou informação, procedimento, medida, obra, serviços ou qualquer outro domínio relacionado às suas atribuições constitucionais e legais de controle", explicou o **promotor de justiça** Lindonjansom Gonçalves de Sousa.

Ainda de acordo com o membro do **MPMA**, "há uma construção político-partidária com o propósito de negar a institucionalidade do controle social, em uma política vital para as melhorias dos indicadores sociais, como é a educação pública".

ELEIÇÃO

Outro ponto questionado pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação de São Luís é a interferência na formação do Conselho do Fundeb. Em 25 de fevereiro, a Secretaria Municipal de Educação divulgou o edital nº 01/2022, que trata da eleição de representantes da sociedade civil para compor o conselho. De acordo com Lindonjansom Gonçalves,

esta iniciativa deveria ser do próprio Conselho e não do Executivo municipal.

Para o membro do **Ministério Público**, a Prefeitura de São Luís deve ser limitar a indicar os membros que lhe caibam por disposição legal. "A intervenção da Secretaria Municipal de Educação na formação desse Conselho compromete as suas funções e a neutralidade das suas avaliações das contas dos recursos recebidos pela municipalidade, o que não se pode admitir em nenhuma hipótese".

PEDIDOS

Na Ação, o **Ministério Público** requer que a Justiça determine, em medida liminar, que a Prefeitura de São Luís mantenha um site de divulgação de dados a respeito das reuniões do Conselho do Fundeb, seus pareceres e outros atos; disponibilize estrutura física, tecnológica e funcional para o Conselho do Fundeb; e indique os membros que lhe caiba e se abstenha de realizar quaisquer atos relacionados à eleição do Conselho do Fundeb. Também foi pedido que seja determinado o acesso do Conselho aos dados do Fundeb.

Fonte: **MPMA**

Site:

<http://www.suacidade.com/noticias/educacao/mpma-aciona-prefeitura-por-eleicao-do-conselho-do-fundeb>

Mobilização do MPMA contribuiu para fim da prova de vida presencial do INSS

O **Ministério Público** do Maranhão foi a instituição pioneira a defender alternativas para a prova de vida de idosos junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). A reivindicação foi debatida inicialmente, em 9 de julho de 2021, por iniciativa do titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso, José Augusto Cutrim Gomes.

Foram discutidas estratégias conjuntas para evitar novos casos de bloqueios de benefícios e pensões de idosos, devido à impossibilidade de eles irem às agências bancárias presencialmente. O encontro teve a participação do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e do chefe do Serviço de Benefícios do INSS de São Luís, Francisco Portela.

Ainda no ano passado, Augusto Cutrim destacou, no encontro com representantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi), a preocupação com as pessoas que recebiam o benefício e não tinham condições físicas ou mentais de fazer a prova de vida. "A ideia, à época, era criar um projeto-piloto, com novos procedimentos, evitando que nenhum idoso acamado passasse pela humilhação de se deslocar a uma agência bancária", afirmou Augusto Cutrim.

NOVA REGRA DA PROVA DE VIDA

Em fevereiro deste ano, após a mobilização do **MPMA**, o governo federal aboliu a prova de vida presencial para aposentados e pensionistas. O novo procedimento será feito pelo cruzamento de dados públicos municipais, estaduais e federais.

MOBILIZAÇÃO

Em 17 de agosto de 2021, a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís instaurou Procedimento Administrativo com objetivo de promover levantamentos, estudos e medidas necessárias para subsidiar programas ou projetos, em parceria com o Poder Público, visando assegurar meios alternativos para a realização do procedimento de prova de vida pelo INSS.

Em uma reunião realizada, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em 19 de agosto, o **Ministério Público** reuniu, mais uma vez, uma série de instituições para discutir a questão da prova de vida de idosos. O coordenador-geral de Pagamentos e

Gestão de Serviços Previdenciários do INSS, Sérgio Cheque Bernardo, participou de forma remota, representando a direção nacional.

A reunião teve representantes do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Conselho Estadual do Idoso, INSS, Câmara Municipal de São Luís, Assembleia Legislativa do Maranhão, Sindicato de Assistentes Sociais do Maranhão, Defensoria Pública Estadual, Defensoria Pública da União, Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Conselho Regional de Serviço Social do Maranhão, Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís, Centros de Referência de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú e Banco do Nordeste.

Ao final da reunião, o **promotor de justiça** Augusto Cutrim propôs a constituição de um comitê envolvendo todas as instituições participantes para buscar solucionar os problemas enfrentados por idosos com mais de 80 anos e dificuldades de locomoção no que diz respeito à prova de vida.

Em 2 de setembro, foi realizada reunião na sede da Gerência Executiva do INSS, em São Luís, e foi informada a existência de 570 processos pendentes de prova de vida. No dia 23 de setembro, nova reunião foi realizada, na sede da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso, com a gerência do INSS.

RESULTADO

Na avaliação do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a mobilização do **MPMA** e a articulação com as instituições que defendem **direitos dos idosos** foi fundamental para que o procedimento de prova de vida do INSS fosse desburocratizado. "O governo federal reconheceu a necessidade de facilitar a vida dos idosos na medida que eles não precisarão mais se dirigir às agências bancárias para continuar recebendo seus benefícios. Trata-se de uma vitória de toda a sociedade que é resultado da mobilização do **Ministério Público** do Maranhão".

Site: <http://diegoemir.com/2022/03/mobilizacao-do-mpma-contribuiu-para-fim-da-prova-de-vida-presencial->

do-inss/

AÇAILÂNDIA: MINISTÉRIO PÚBLICO ENCAMINHA RECOMENDAÇÃO A CARTÓRIO CIVIL

Carlos Cristiano

Por meio da 2ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Açailândia, o **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) encaminhou, nesta quinta-feira, 10 de março, Recomendação aos titulares dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos municípios de Açailândia, Cidelândia e Itinga do Maranhão. O documento é assinado pelo **promotor de justiça** Tiago Quintanilha Nogueira.

Na manifestação ministerial, o representante do **MPMA** solicita observância às determinações referentes aos procedimentos para averbação de paternidade voluntariamente reconhecida, registro tardio de nascimento e reconhecimento de paternidade e maternidade socioafetivas, inclusive aqueles relativos à gratuidade.

A Recomendação foi motivada por denúncias à Promotoria sobre impedimentos para realização de tais procedimentos nos cartórios. De acordo com os relatos, os cartórios estão se negando a fazer tais registros e afirmam que as questões devem ser judicializadas. "É direito de toda pessoa, principalmente crianças e adolescentes, conhecer suas origens e ter sua paternidade e maternidade reconhecidas, o que fundamenta a dignidade da pessoa humana", enfatiza Tiago Quintanilha.

As determinações a serem observadas estão presentes no Provimento nº 12/2010, da Corregedoria Nacional de Justiça (obtenção do reconhecimento da paternidade de alunos matriculados na rede de ensino); Provimento nº 16/2012, do Conselho Nacional de Justiça (recepção de indicações de supostos pais de filhos registrados sem paternidade estabelecida e reconhecimento espontâneo de filhos).

Outros documentos são a Lei Federal nº. 11.790/2008, que alterou o art. 46 da então Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973); Provimento nº. 28/2013, do Conselho Nacional de Justiça (registro tardio de nascimento); Provimento 28/2018, da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão; Provimento nº. 63, de 14 de novembro de 2017, do Conselho Nacional de Justiça (reconhecimento voluntário e a averbação da

paternidade e maternidade socioafetiva, registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos oriundos de reprodução assistida).

O **Ministério Público** também solicita que os oficiais observem e informem aos interessados as hipóteses legais em que há gratuidade de atos relativos à filiação biológica e socioafetiva.

O descumprimento das solicitações do **MPMA** resultará na tomada de medidas judiciais e extrajudiciais para cumprimento forçado e responsabilização dos agentes públicos.

Redação: CCOM-**MPMA**

Site: <https://www.carloscristiano.com/2022/03/acailandia-ministerio-publico-encaminha.html>

Prefeitura de Cajapió publica a décima convocação e decide chamar mais de 30 aprovados em seletivo; vejam a nova lista

Jailson Mendes

Mais uma convocação foi divulgada nesta sexta-feira (11) para chamar os candidatos do segundo seletivo realizado em 2021 em Cajapió, após o primeiro ser anulado por diversas irregularidades encontradas pelos candidatos e pelo **Ministério Público**. Agora, mais de 30 foram convocados.

Este já é o décimo edital de convocação assinado pelo prefeito Dr. Marcone e a nova lista contém profissionais para AOSG, visitador social, agentes de endemias, motoristas, psicólogo, agentes administrativos, técnicos de enfermagem, técnico de saúde bucal, eletricista e recepcionistas.

Os novos convocados devem se apresentar entre os dias 14 e 17 deste mês, de acordo com as categorias. Esta já é a convocação, que ultrapassou o número de aprovados no certame. Em janeiro deste ano, o prefeito enviou à Câmara de Vereadores uma nova lista, com quase 400 cargos, quase o dobro das vagas aprovadas no seletivo de 2021.

Vejam a lista completa.

Site: <https://jailsonmendes.com.br/2022/03/12/prefeitura-de-cajapio-publica-a-decima-convocacao-e-decide-chamar-mais-de-30-aprovados-em-seletivo-vejam-a-nova-lista/>

Procurador-geral de Justiça entrega a secretário de Meio Ambiente doações a vítimas de enchentes no Maranhão

Leonardo

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, fez a entrega oficial ao secretário de Estado do Meio Ambiente, Diego Rolim, das cestas básicas arrecadadas pelo **Ministério Público** do Maranhão para as vítimas de enchentes no Maranhão. Os alimentos foram doados por membros e servidores do **MPMA** após realização de campanha interna no órgão.

"O secretário Diego Rolim está recebendo as cestas básicas que foram arrecadadas pelo **Ministério Público** para amenizar a situação difícil que vem ocorrendo em vários municípios maranhenses. Essa é uma forma de tentarmos contribuir para diminuir um pouco o sofrimento dessas pessoas", destacou Eduardo Nicolau, entregando, simbolicamente, uma cesta básica ao secretário.

Diego Rolim agradeceu o gesto do **Ministério Público** do Maranhão e explicou que o Governo do Estado irá levar as doações de helicóptero para as regiões mais atingidas pelas enchentes registradas nos últimos meses no estado.

A entrega das cestas básicas foi acompanhada pelo diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Carlos Henrique Vieira.

Redação: CCOM-**MPMA**

Site: <https://blogdoleonardoalves.com.br/procurador-geral-de-justica-entrega-a-secretario-de-meio-ambiente-doacoes-a-vitimas-de-enchentes-no-maranhao/>

Câmara reconhece duas personalidades por trabalho feito em prol de São Luís

A Câmara Municipal de São Luís realizou, na manhã desta sexta-feira (11), uma sessão solene de entrega do Título de Cidadão Ludovicense. A outorga é concedida a pessoas nascidas fora da cidade, que fazem jus à honraria, em razão de mérito em prol da capital.

A cerimônia foi presidida pelo segundo vice-presidente da Casa, vereador Paulo Victor (PCdoB), e contou com a participação dos co-veredores Flávia Almeida e Jhonatan Soares, do Coletivo Nós (PT), e da vereadora Fátima Araújo (PCdoB), autora da proposição que originou a solenidade.

Os homenageados foram o diretor do Detran/MA, Francisco Nagib Buzar de Oliveira, vice-presidente do Grupo FC Oliveira; e o tenente coronel Joanilson Gusmão Mota, comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV).

Eles foram condecorados a partir de proposição apresentada pela vereadora Fátima Araújo (PCdoB). Segundo a parlamentar, a homenagem é mais do que justa por se tratar de pessoas com currículos invejáveis e que se destacam com uma carreira de serviços prestados à capital maranhense.

"A concessão desta honraria é um reconhecimento pela colaboração dos homenageados no desenvolvimento de São Luís. A homenagem é uma forma de reconhecer tudo que eles fizeram, fazem e farão por São Luís", disse.

Francisco Nagib falou da homenagem feita pela vereadora e destacou sua relação e amor com a capital. "Ter esse reconhecimento é uma honra e alegria. A gente espera retribuir com nosso trabalho e a nossa dedicação", destacou.

O tenente coronel Joanilson Mota se emocionou ao falar que jamais esqueceria o momento em que, simbolicamente, recebeu a sua nova certidão de nascimento, se tornando cidadão ludovicense.

"Estou muito feliz por ter recebido essa honraria. Nunca imaginei que iria receber o título de cidadão de São Luís, uma cidade que amo muito e prezo", frisou o militar.

O concorrido evento, no plenário Simão Estácio da

Silveira, foi prestigiado por diversas autoridades, dentre as quais o secretário Márcio Jerry, titular da Secid (Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano); o **procurador de justiça** Eduardo Nicolau, que exerce o cargo de corregedor-geral do **MPMA**; o coronel PM Pedro de Jesus Ribeiro dos Reis, Comandante Geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA); do coronel Pedro de Jesus Ribeiro dos Reis, comandante Geral da Polícia Militar do Maranhão (PMMA); da promotora de Justiça Lítia Cavalcanti, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís; do deputado estadual Zito Rolim (PDT), além da família e amigos do homenageado.

Na capital maranhense, vivem pessoas de vários municípios, Estados e países diferentes, que vêm morar, trabalhar e engrandecer ainda mais a cidade. Em reconhecimento a essa dedicação, a Câmara Municipal de São Luís (CMSL) entrega a muitos desses moradores uma honraria bastante significativa: o Título de Cidadão Ludovicense.

Já receberam a homenagem artistas, políticos, sindicalistas, sacerdotes, atletas, cientistas e militantes, entre tantos outros homenageados. Enfim, uma representação do povo ludovicense.

A entrega da outorga é realizada em sessão solene, que geralmente ocorre no Palácio Pedro Neiva de Santana. Esses eventos testemunham muitas emoções e atraem parentes e admiradores dos novos cidadãos ludovicenses. Cantores homenageados às vezes dão uma mostra de seu talento.

O futuro cidadão ludovicense nem precisa morar na cidade para receber a homenagem. De acordo com o Regimento Interno da CMSL, "a Câmara poderá conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a personalidades nacionais ou estrangeiras radicadas no País, comprovadamente dignas da honraria". E faz uma ressalva, "os títulos poderão ser conferidos a personalidades estrangeiras, mundialmente consagradas pelos serviços prestados à humanidade, não se aplicando a exigência da radicação no País".

Para conceder a homenagem, um dos 31 vereadores de São Luís deve apresentar um Projeto de Decreto Legislativo e receber voto favorável suficiente em

votação única. É preciso demonstrar que o homenageado, ou representante, concorda em receber. Conforme a norma da Casa, também é preciso anexar a biografia do futuro ludovicense para mostrar que é digno do título. (Fonte/CMSL)

Site: <https://nedilsonmachado.com.br/camara-reconhece-duas-personalidades-por-trabalho-feito-em-prol-de-sao-luis/>

MPMA vai apoiar ações contra abate de frangos em feiras e mercados

O **promotor de justiça** Herbert Figueiredo, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de São Luís, recebeu, nessa quinta-feira (10), a visita do secretário municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (Semapa), Liviomar Macatrão. No encontro, o secretário solicitou o apoio institucional do **Ministério Público** ao projeto Alimento Seguro, que visa melhorar as condições higiênico-sanitárias da venda de produtos de origem animal nas feiras e mercados de São Luís.

Dentro desse projeto, especificamente, há o enfrentamento ao abate de frangos dentro de mercados e feiras, o que contraria a legislação sanitária e recomendações do **Ministério Público** e da Prefeitura.

"É um problema histórico, mas nós estamos imbuídos do propósito de dar uma solução para esse problema, até porque ainda vivemos um momento de pandemia. Nós estamos combatendo esse abate irregular, principalmente, nos mercados que foram reformados e estão com estruturas físicas mais modernas e que devem atender bem os consumidores", disse o titular da Semapa.

Presente na reunião, a superintendente de Defesa e Inspeção Sanitária da Semapa, Alessandra Pontes, informou que, inicialmente, foi feito em 2021 um trabalho de conscientização junto aos feirantes, orientando sobre os perigos para a saúde pública que a venda de produtos de origem animal pode causar se não forem adotados os protocolos sanitários. "Os produtos precisam de registro para conferir segurança aos consumidores, garantindo que passaram por todos os requisitos e possuem as condições higiênico-sanitárias ideais para o consumo humano", pontua a superintendente. Alessandra Pontes cita algumas doenças que podem ser causadas pelo frango como a gripe aviária, salmonelose e várias zoonoses que podem ser transmitidas, o que exige cuidados dos feirantes e da população.

O **promotor de justiça** esclareceu que instaurou, em 2018, um inquérito civil para averiguar a existência de abatedouros irregulares de frangos dentro das feiras e mercados. No andamento da investigação, foram relatadas denúncias de moradores e usuários desses espaços incomodados pelo mau cheiro e dejetos colocados a céu aberto, colocando em risco a saúde

pública e desobedecendo as normas de vigilância sanitária.

Também já foram realizadas várias audiências públicas com gestores de saúde, representantes da Vigilância Sanitária, Semapa e feirantes, mas as partes não chegaram a um acordo. "O procedimento está concluso para ajuizarmos a **Ação Civil Pública** para obrigar os responsáveis para evitar essa prática", informou.

O membro do **Ministério Público** afirmou que serão organizadas vistorias e inspeções nas feiras e mercados, com a adoção de medidas pertinentes contra quem estiver infringindo a legislação sanitária. Além disso, deverá ser editada Recomendação para respaldar as ações da Semapa, Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Aged) e da Vigilância Sanitária Municipal.

Tentativa de homicídio de trabalhador resulta em operação contra trabalho escravo

Um trabalhador levou um tiro de espingarda calibre 12 na nuca, após cobrar o pagamento de salários atrasados ao empregador. Ele fingiu estar morto para fugir do local.

O caso aconteceu na fazenda São Sebastião, em Cidelândia (MA), cidade próxima às divisas do Maranhão, Pará e Tocantins. Essa grave situação chegou ao conhecimento das autoridades e deu causa a uma operação de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

A força-tarefa foi organizada conjuntamente pelo **Ministério Público** do Trabalho (MPT), Auditoria-Fiscal do Trabalho e Polícia Federal. O resultado foi o resgate de quatro trabalhadores em duas fazendas pertencentes ao mesmo proprietário.

Resgate de idoso com Covid Durante a operação, realizada de 14 a 18 de fevereiro, além do trabalhador alvejado por espingarda, mais três trabalhadores foram resgatados.

Um deles, idoso com 62 anos de idade, precisou ser levado de ambulância ao hospital, pois apresentava fortes sintomas gripais. Exames laboratoriais confirmaram que se tratava de Covid-19, agravada por desnutrição e desidratação. Ele atuava como caseiro e vigia há mais de um ano, em troca de alimentação e moradia.

Os outros dois trabalhadores foram resgatados na fazenda Bananal, propriedade do mesmo fazendeiro, situada a 56 quilômetros de distância da fazenda São Sebastião. Um deles era responsável pelo roço e reparo da cerca e do curral, trabalhava como pedreiro e com motosserra, sem nenhum treinamento. O outro desempenhava algumas destas funções, com o acréscimo da aplicação de veneno na plantação.

Não havia qualquer contrato formal de trabalho, nem concessão de férias e descanso semanal remunerado.

Alojamentos precários Na inspeção nas duas fazendas, foi flagrado o abrigamento dos trabalhadores em barracões em condições precárias de higiene e saúde e segurança, com problemas na proteção contra intempéries e animais peçonhentos, ausência de água potável e de energia elétrica, entre outras irregularidades.

"A água fornecida é proveniente de poço cacimbão, sem qualquer filtragem; as instalações elétricas são impróprias, com fiação exposta no teto; animais, como porcos, habitam o barraco, especificamente o ambiente da cozinha, formando uma espécie de chiqueiro ou poça de lama na área de preparo de alimentos", explica o procurador-chefe do MPT-MA Luciano Aragão, que participou da operação de resgate.

O tiro e a fuga Em seu depoimento, a vítima da tentativa de homicídio afirmou que havia sido contratada para realizar os serviços de roço de juquirá (preparar o pasto para o gado) e roço de aceiro (retirar vegetação próxima à cerca) na fazenda São Sebastião, de setembro a novembro de 2021, tendo recebido neste período apenas 150 reais, apesar da promessa de pagamento de um salário-mínimo mensal pelo empregador.

Mesmo cobrando o fazendeiro para quitar os valores devidos, não obteve sucesso.

Viveu por uma semana nas ruas na cidade, até que o fazendeiro o procurou e garantiu que pagaria a dívida no dia seguinte. O trabalhador voltou à fazenda São Sebastião e por volta das 19h foi carregar a caminhonete do patrão com pacotes de sal mineral.

"Quando fui carregar o último pacote, ao virar de costas, levei o tiro de espingarda que pegou de raspão na minha cabeça", afirmou a vítima.

Segundo o trabalhador, o tiro teria sido dado pelo caseiro, a mando do fazendeiro.

Ensanguentado, caiu no chão e fingiu ter morrido. Ainda teria ouvido do caseiro: "Tá morto o peão". Quando os supostos executor e mandante se afastaram, aproveitou para fugir do local, buscando refúgio no mato. Em vez de prestar socorro ou comunicar as autoridades sobre o fato, o fazendeiro teria colocado um cachorro da raça pitbull para perseguir, sem sucesso, a vítima.

Caminhada na mata e chegada ao hospital O sobrevivente disse que caminhou por duas horas mata adentro e que dormiu ao relento durante a fuga. Por volta de 4 horas da madrugada, chegou a uma estrada

e conseguiu atendimento no hospital de Rondon do Pará (PA).

Com medo de ser morto pelo fazendeiro, optou por registrar boletim de ocorrência em outra cidade. Ele passou por Abel Figueiredo (PA) e Bom Jesus das Selvas (MA) até chegar em Marabá (PA), onde buscou apoio na Polícia Federal.

Ação cautelar O caso está sendo acompanhado pelo MPT no Maranhão, que ajuizou uma ação cautelar com pedido de tutela de urgência, que tramita na Vara do Trabalho de Açailândia (MA). A expectativa é que seja ajuizada uma **ação civil pública** em face do fazendeiro por exploração dos trabalhadores em condições degradantes, cerceamento de liberdade, entre outras ilicitudes. A tentativa de homicídio está sendo apurada pela polícia.

Além disso, o empregador responderá a multas impostas em autos de infração dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que também garantirão o recebimento do seguro-desemprego pelas vítimas.

Na cautelar, o MPT-MA pediu o arresto de bens dos réus no valor mínimo de R\$ 1 milhão, a fim de garantir o pagamento das verbas rescisórias e indenizações por danos materiais e morais, coletivos e individuais.

Fazenda arrendada pela Suzano Celulose O MPT-MA também requereu que a Justiça do Trabalho determine que a Suzano Celulose, empresa que arrendou quase 90% da fazenda São Sebastião, se abstenha de efetuar qualquer pagamento aos réus em decorrência do contrato de arrendamento, devendo os valores ser depositados em conta judicial.

"O trabalhador resgatado, que necessitou ser removido por ambulância, e a tentativa de homicídio em um contexto da relação de trabalho exigem que o réu seja responsabilizado a arcar com os danos morais individuais devidos às vítimas e danos morais coletivos, em razão da lesão da sociedade brasileira, que tem sua honra afetada pela prática de atos tão graves e violadores dos mais básicos direitos da pessoa humana", observa o procurador-chefe do MPT-MA, Luciano Aragão.

Caso semelhante ao Zé Pereira O caso do maranhense que foi vítima de **trabalho escravo**, levou um tiro na nuca e fingiu estar morto é semelhante ao caso José Pereira, que ocorreu em 1989 na cidade de Sapucaia (PA) e foi um dos que motivaram o surgimento, em 1995, do grupo móvel nacional de combate ao **trabalho escravo**. Na época, 60 trabalhadores foram submetidos à condição de escravos na fazenda Espírito Santo.

Uma das vítimas, José Pereira Ferreira, na época com 17 anos de idade, tentou fugir junto com outro trabalhador, o "Paraná". Eles foram alvo de uma emboscada e levaram tiros de fuzil. "Paraná" morreu e José Pereira fingiu-se de morto para conseguir escapar. Ele perdeu um olho e a mão direita.

O caso chegou ao conhecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), perante a qual o Brasil foi denunciado. Em 2003, o Estado brasileiro assinou um acordo em que reconheceu a responsabilidade pela violação dos **direitos humanos**. As vítimas receberam indenização do governo federal.

(Ascom **MPTMA**)

Adolescente suspeita de participar de crime é apreendida em São Luís

O crime, que aconteceu no final de 2019, teria sido motivado por uma guerra entre facções criminosas em bairros da capital.

De acordo com a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) a vítima estava em uma festa particular promovida por integrantes de uma facção criminosa quando teria sido identificada por um dos participantes como sendo simpatizante de uma facção rival.

Após vasculhar o celular da jovem, os membros da organização criminosa encontraram fotos que confirmavam as suspeitas. Diante disso, a adolescente passou a ser agredida publicamente por cerca de 10 criminosos e teve seu cabelo cortado com uso de uma navalha.

Depois de quase uma hora de **tortura**, a vítima foi arrastada para um matagal e executada com vários tiros na cabeça.

A adolescente apreendida, que na época tinha 13 anos, era uma das pessoas envolvidas no crime.

Diante dos fatos, a jovem foi encaminhada para o núcleo de atendimento inicial da FUNAC, onde ficará à disposição do **Ministério Público** e do Poder Judiciário.

Aumento irregular no preço dos combustíveis é investigado no Maranhão

MARANHÃO - Órgãos de defesa do consumidor no Maranhão investigam o aumento de preços praticado por postos de abastecimento antes da data estabelecida, no Maranhão. Na última quinta-feira (10), foi anunciado o reajuste no preço dos combustíveis pela Petrobrás, em todo o país, que deveria valer apenas a partir dessa sexta-feira (11).

De acordo com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), a execução imediata de novos valores para os combustíveis, com estoque antigo oferecido nos postos, pode ser considerada abusiva. O acréscimo de 18,7% no preço da gasolina e de 24,9% no preço do diesel deveriam ser repassados ao consumidor final após o esgotamento do estoque de combustíveis ofertados nos postos.

Em entrevista à TV Mirante, O defensor público, Gustavo Ferreira, informa que o aumento recorrente dos preços em pontos de abastecimento, antes da data oficial, tem sido uma prática comum no Maranhão, que lesa boa parte dos consumidores. "Essa situação está se repetindo [...] nos já ajuizamos, desde o ano passado, uma **ação civil pública**; uma ação coletiva, para tratar; para buscar coibir essa prática por parte dos postos", disse o defensor.

Em vários pontos da Grande Ilha de São Luís, o preço dos combustíveis oscila. O Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon-MA) está fiscalizando os postos em diversos bairros, para investigar aumentos acima do valor esperado.

A presidente do Procon-MA, Karen Barros, diz será realizada uma operação ao longo das próximas semanas, que pode gerar multas ou fechamento das atividades de pontos de abastecimento, em caso de irregularidades. "Os postos precisam apresentar essas notas fiscais [...] a partir daí, nós vamos investigar esses aumentos [...] tem posto que aumentou mais de R\$ 1,00; tem posto que aumentou quase R\$ 1,00. A gente quer sobre essa alíquota que foi passada ao consumidor de aumento, e pode, sim, culminar em multa; pode, sim, culminar em fechamento da atividade econômica [...]", finalizou

Site:

<https://imirante.com/maranhao/noticias/2022/03/12/aumento-irregular-no-preco-dos-combustiveis-e-investigado->

no-maranhao.shtml

Polícia integrada nas ruas no combate à criminalidade

Ascom - SSP

Uma ação policial

envolvendo as forças de segurança saiu às ruas nesta sexta-feira (11), por

volta das 16hs, do Comando Geral da Polícia Militar, localizado no bairro do

Calhau. O secretário de **Segurança Pública** do Maranhão, Leonardo Diniz, comandou

a operação determinada. "Operação São Luís Segura".

O objetivo principal foca

na continuidade do policiamento preventivo nas regiões consideradas com

incidências criminais.

Durante a operação São

Luís Segura, participaram ainda o Subsecretário de **Segurança Pública**, Wallace

Amorim, e o Comandante do Comando de Missões Especiais (CME), Cel. Sodré. Com

eles as equipes de Operações Policiais Especiais (Bope), Rotam, Força Estadual

Integrada de **Segurança Pública** (Feisp), Polícia Civil, Grupo de Pronto Emprego

(GPE), juntamente com policiais militares das viaturas de áreas e ainda

policiais do GTM e Águia nas motocicletas.

Inibindo as ações de

crimes nos bairros da capital

Os policiais de forma

integrada realizaram ações de policiamento preventivo na área do bairro do

Coroadinho, Parque Jair, Miritíua, Vila Luizão, Araçagi, Vila Airton Sena,

bairro São Raimundo Vila Valian, Vila Cutia e demais bairros.

As ações visando sempre

em inibir a criminalidade nos bairros supracitados por monitoramento, tendo

estes com incidências criminais. A operação continuou em demais bairros na

região metropolitana de São Luís/MA.

Site: <https://www.portaldoitaqui-bacanga.com.br/2022/03/policia-militar-integrada-nas-ruas-no.html>

MPMA aciona Prefeitura por eleição do Conselho do Fundeb

A 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação de São Luís ingressou, na última segunda-feira, 7, com uma **Ação Civil Pública** (ACP) contra o Município de São Luís, a respeito do funcionamento do Conselho do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e da eleição de seus componentes.

De acordo com a apuração do **Ministério Público** do Maranhão, o Conselho está irregular perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pois a Prefeitura não prestou as informações necessárias. A lei municipal que disciplina o funcionamento do Conselho do Fundeb tramitou na Câmara Municipal durante todo o ano de 2021, tendo sido publicizada somente em 23 de dezembro.

De acordo com a ACP, sobraram apenas cinco meses de todo o período de funcionamento do Conselho, o que ainda depende da adoção de medidas previstas na lei nº 14.113/2020, até o momento não providenciadas pela gestão municipal. Em 2021, o Conselho do Fundeb de São Luís não realizou nenhuma sessão.

"O Conselho do Fundeb jamais teve estrutura que materializasse a sua autonomia funcional para deliberar sobre contas. Não teve acesso a nenhum dado ou informação, procedimento, medida, obra, serviços ou qualquer outro domínio relacionado às suas atribuições constitucionais e legais de controle", explicou o **promotor de justiça** Lindonjonsom Gonçalves de Sousa.

Ainda de acordo com o membro do **MPMA**, "há uma construção político-partidária com o propósito de negar a institucionalidade do controle social, em uma política vital para as melhorias dos indicadores sociais, como é a educação pública".

ELEIÇÃO

Outro ponto questionado pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação de São Luís é a interferência na formação do Conselho do Fundeb. Em 25 de fevereiro, a Secretaria Municipal de Educação divulgou o edital nº 01/2022, que trata da eleição de representantes da sociedade civil para compor o conselho. De acordo com Lindonjonsom Gonçalves,

esta iniciativa deveria ser do próprio Conselho e não do Executivo municipal.

Para o membro do **Ministério Público**, a Prefeitura de São Luís deve ser limitar a indicar os membros que lhe caibam por disposição legal. "A intervenção da Secretaria Municipal de Educação na formação desse Conselho compromete as suas funções e a neutralidade das suas avaliações das contas dos recursos recebidos pela municipalidade, o que não se pode admitir em nenhuma hipótese".

PEDIDOS

Na Ação, o **Ministério Público** requer que a Justiça determine, em medida liminar, que a Prefeitura de São Luís mantenha um site de divulgação de dados a respeito das reuniões do Conselho do Fundeb, seus pareceres e outros atos; disponibilize estrutura física, tecnológica e funcional para o Conselho do Fundeb; e indique os membros que lhe caiba e se abstenha de realizar quaisquer atos relacionados à eleição do Conselho do Fundeb. Também foi pedido que seja determinado o acesso do Conselho aos dados do Fundeb.

Fonte: **MPMA**

Site:

<http://www.suacidade.com/noticias/educacao/mpma-aciona-prefeitura-por-eleicao-do-conselho-do-fundeb>

Ladrões invadem chácaras e levam fios elétricos das casas no povoado Taguará, zona rural de Timon

Ademar Sousa

Como se não bastasse a falta de ações públicas concretas por parte da Prefeitura de Timon, os moradores do povoado Taguará ainda enfrentam sérios problemas sem segurança. Para se ter uma da gravidade da situação, por exemplo, na madrugada de segunda-feira (07), enquanto caia forte chuva naquela região rural, ladrões não identificados invadiram várias casas e levaram fios elétricos instalados, dentre outros pertences deixando enormes prejuízos para os donos dos imóveis residenciais.

O radialista Valdeck Moraes, dono de chácara no povoado Taguará, está entre as vítimas dos furtos. Segundo ele, toda a fiação de sua casa foi levada pelos desconhecidos lhe causando um prejuízo bastante elevado. "Estamos fazendo um apelo diante do descaso tanto dos órgãos de **segurança pública**, envolvendo as polícias civil e militar, vinculadas ao Governo do Estado, bem como da atual gestão municipal que precisa urgentemente levar melhoramentos, inclusive, passando pela estrada que liga a sede da cidade de Timon ao povoado Taguará no sentido de que seja dada uma melhor atenção aos moradores também da zona rural. Trata-se de uma área importante para a economia do município, visto que recebe visitantes nos finais de semana devido os bares e restaurantes existentes", disse Valdeck Moraes, em tom de desabafo e justo protesto.

Site:

<http://www.blogdoademarsousa.com.br/2022/03/ladroses-invadem-chacaras-e-levam-fios.html>

AÇAILÂNDIA - MPMA encaminha recomendação a cartórios sobre registro civil

Por meio da 2ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Açailândia, o **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) encaminhou, nesta quinta-feira, 10 de março, Recomendação aos titulares dos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos municípios de Açailândia, Cidelândia e Itinga do Maranhão. O documento é assinado pelo **promotor de justiça** Tiago Quintanilha Nogueira.

Na manifestação ministerial, o representante do **MPMA** solicita observância às determinações referentes aos procedimentos para averbação de paternidade voluntariamente reconhecida, registro tardio de nascimento e reconhecimento de paternidade e maternidade socioafetivas, inclusive aqueles relativos à gratuidade.

A Recomendação foi motivada por denúncias à Promotoria sobre impedimentos para realização de tais procedimentos nos cartórios. De acordo com os relatos, os cartórios estão se negando a fazer tais registros e afirmam que as questões devem ser judicializadas. "É direito de toda pessoa, principalmente crianças e adolescentes, conhecer suas origens e ter sua paternidade e maternidade reconhecidas, o que fundamenta a dignidade da pessoa humana", enfatiza Tiago Quintanilha.

As determinações a serem observadas estão presentes no Provimento nº 12/2010, da Corregedoria Nacional de Justiça (obtenção do reconhecimento da paternidade de alunos matriculados na rede de ensino); Provimento nº 16/2012, do Conselho Nacional de Justiça (recepção de indicações de supostos pais de filhos registrados sem paternidade estabelecida e reconhecimento espontâneo de filhos).

Outros documentos são a Lei Federal nº. 11.790/2008, que alterou o art. 46 da então Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973); Provimento nº. 28/2013, do Conselho Nacional de Justiça (registro tardio de nascimento); Provimento 28/2018, da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão; Provimento nº. 63, de 14 de novembro de 2017, do Conselho Nacional de Justiça (reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva, registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos oriundos de reprodução assistida).

O **Ministério Público** também solicita que os oficiais

observem e informem aos interessados as hipóteses legais em que há gratuidade de atos relativos à filiação biológica e socioafetiva.

O descumprimento das solicitações do **MPMA** resultará na tomada de medidas judiciais e extrajudiciais para cumprimento forçado e responsabilização dos agentes públicos.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/1157985/acailandia-mpma-encaminha-recomendacao-a-cartorios-sobre-registro-civil>

A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876

Juliana Sayuri

Em 1876, Inocêncio, um garoto negro, escravizado, morreu na casa de Anna Rosa Viana Ribeiro, uma senhora branca da alta sociedade, casada com o médico e político liberal Carlos Fernando Ribeiro, que depois se tornaria Barão de Grajaú, no Maranhão. O caso, emblemático da crueldade da escravidão da época, ficou famoso como "o crime da Baronesa de Grajaú".

Antes das 6h de 14 de novembro de 1876, uma movimentação no centro de São Luís chamou a atenção de Geminiana, uma jovem negra de cerca de 25 anos, que recentemente comprara sua alforria e vivia na rua do Mocambo. Era um enterro.

O caixão era pequeno e estava trancado a chave. Dada a hora, antes do sol forte da manhã maranhense, era de se imaginar que alguém ordenara um enterro discreto de uma criança, quase que na surdina. Junto a sua mãe, Simplícia, Geminiana seguiu os carregadores que levavam o caixão rumo à capela de São José, ao lado do cemitério do Gavião. Lá, precisou protestar para abrirem o esquife. E confirmou o que temia: era seu filho, Inocêncio.

Geminiana viu o corpo de Inocêncio coberto por cicatrizes, contusões e ferimentos. O exame de corpo de delito depois revelaria que a criança tinha sofrido hemorragia cerebral, escoriações, equimose, queimaduras, feridas provocadas por cordas e chicotes, sinais de ruptura do reto e machucados no ânus.

Inocêncio vivera os últimos três meses de vida no Solar das Rosas, o sobrado de Anna Rosa Viana Ribeiro, no centro de São Luís. Ele e seu irmão mais novo, Jacinto, tinham sido comprados como "presentes" para os filhos dela, que estavam estudando na Europa.

Jacinto morrera no dia 27 de outubro de 1876, também no casarão, mas o caso não foi investigado. Anna Rosa, que se dizia alvo de uma "devassa difamatória", argumentava que os garotos tinham "vício de comer terra", o que lhes teria feito adoecer e morrer.

Entretanto, Anna Rosa, vinda de uma das principais famílias escravistas de Codó, no interior do Maranhão, já era conhecida pelos castigos cruéis infligidos a seus serviços.

Certa vez, por exemplo, mandou arrancar todos os dentes de Militina, uma escrava que sorriu a seu marido, o médico Carlos Fernando Ribeiro -em 1884, Dom Pedro II lhe concedeu o título de Barão de Grajaú.

Dado o histórico de Anna Rosa, foi aberto inquérito para investigar a morte de Inocêncio. Os autos do processo, que ficou conhecido como "o crime da Baronesa de Grajaú", contam com mais de 800 páginas. Ela foi processada pelo promotor Celso Magalhães (1849-1879).

A baronesa chegou a ser presa e foi julgada por homicídio, mas terminou absolvida pelo júri, em fevereiro de 1877, apesar das evidências de **tortura** e dos testemunhos. O promotor tentou recorrer, sem sucesso.

Condenar alguém como Anna Rosa era praticamente impossível na época, dada a composição elitista do júri, diz o **promotor de Justiça** Washington Luiz Maciel Cantanhêde, integrante do Programa Memória do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

"[Mas] o fato de conseguir a promotoria de São Luís levar aquela senhora de escravos a sentar-se no banco dos réus do tribunal do júri -que de popular nada tinha, porquanto era expressão de uma sociedade excludente e escravocrata- dá a medida da importância histórica do caso", afirma.

Magalhães, o promotor que processou Anna Rosa, acabou demitido por Ribeiro, o marido da ré, recém-empossado presidente da Província do Maranhão, em 1878.

O julgamento da baronesa scandalizou a sociedade do século 19, foi bastante discutido na imprensa da época e ficou marcado na memória maranhense. Entretanto, os documentos originais se perderam com

o tempo -até que, em 1975, foi publicado o romance "Os tambores de São Luís", de Josué Montello (1917-2006), que reconstitui, literariamente, o caso de Anna Rosa.

Montello relevaria, num livro de memórias, que obteve os documentos originais do processo por acaso, durante uma visita a Brasília. O autor queria incluir no romance "o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império", escreveu.

"Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administrativas de reitor, fui almoçar na casa do Senador José Sarney ", registrou o escritor.

"Conversa vai, conversa vem, e entre o tinido dos talheres e a mudança dos pratos, falei-lhe do crime, para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos: 'Aí tem você o processo da Baronesa'."

Sarney teria recolhido os documentos em uma pilha de processos antigos do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde trabalhou na juventude, que seriam jogados fora. Após escrever o livro, Montello entregou os papéis ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão (**MPMA**).

Em 2009, o **MPMA** obteve a guarda dos autos. Aí se iniciou a transcrição integral dos dois volumes do processo, realizada pelas historiadoras Kelcilene Rose Silva e Surama de Almeida Freitas, e foi publicada a primeira edição do livro "Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877".

Em 2019, os documentos originais foram digitalizados e disponibilizados ao público, em alta resolução; e, em 2020, a segunda edição do livro também foi disponibilizada gratuitamente na internet.

A iniciativa de preservação e difusão dos autos do caso da baronesa foi finalista do Prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** de 2021, contemplada com o Selo **Respeito e Diversidade**.

Para a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro, "o processo traduz um marco na luta pela afirmação da causa abolicionista a partir da arena jurídica, bem como uma referência na evolução da defesa dos **direitos humanos** no Brasil".

Inocência, lembra a promotora, nasceu antes da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871 -e morreu antes da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Não estava

protegido por nenhuma delas.

"Então a **tortura** de escravos, dentre eles crianças, ainda era, insuportavelmente, mesmo ao arripio da lei, uma prática de senhores da época, de elevada impunidade", diz Ferro, integrante do Programa Memória do **MPMA**, da Academia Brasileira de Direito e da Academia Maranhense de Letras.

"Mais moderno, impossível, sobretudo em um tempo onde felizmente é desafiada, cada vez mais, a vergonhosa herança de preconceito e discriminação vinda do escravismo."

Desde que foram redescobertos, os documentos do processo contra a baronesa embasaram estudos nos campos da criminologia, do direito e da história, entre outros.

O caso é emblemático, destaca o historiador Alexandre Cardoso, professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões (NEPHSertões).

"Mas sempre se lembra do promotor e da baronesa. O menino, a mãe e a avó são apagados. Na memória que se constituiu em torno desse evento o que se vê é 'o crime da baronesa', não a infância da criança escravizada, a maternidade da negra liberta", diz.

Foi Geminiana, a mãe de Inocência, quem protestou para abrirem o caixão e descobriu que ali estava seu filho.

"Não eram nem 6h, era uma tentativa de enterro clandestino. E quem estava na rua a essa hora? Quem trabalhava, as mulheres pretas, carregadoras, lavadeiras, vendeiras, e foram elas que fazem 'a grita'. O escândalo de ver aquela mãe enlutada, vendo o filho muito machucado, às vistas de todo mundo. O pessoal foi para a porta do cemitério, foi para a capela, foi para a rua protestar", afirma.

Segundo Cardoso, o processo contra a baronesa foi focado no mundo senhorial e não necessariamente num forte posicionamento contra a escravidão por si. O discurso, destaca ele, era sobre "bons" e "maus" senhores -e a baronesa era um exemplo de má senhora.

"O discurso da época não era contra a escravidão, era mais sobre tirar maçãs podres como Anna Rosa", diz a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, professora da Universidade de São Paulo (USP) e atualmente professora visitante da Universidade de Reading, no Reino Unido.

Em 2021, Cardoso e Machado escreveram sobre o caso na coletânea "Ventres livres?", organizada por Machado junto a outros historiadores, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes.

Atualmente, estão escrevendo um novo livro, "Geminiana e seus filhos". Com apoio do pesquisador Hugo Enes, que realizou pesquisas nos arquivos, cúria e cartórios do Maranhão, eles pretendem reconstituir a trajetória da família de Geminiana.

"É uma história que vê a luta política dos escravizados. Nos interessa contar como essa mãe, preta, pobre e liberta, lutou", diz Machado.

"Nós somos dois pesquisadores brancos. Não queremos explicar para as pessoas que sofrem **racismo** o que é **racismo**, longe de nós. Queremos poder contribuir com o que a gente pode, que é a pesquisa histórica."

A partir da documentação disponível, entende-se que Geminiana nasceu no engenho da família Teixeira Belfort, na vila de Rosário, a 70 km de São Luís.

Ela, escravizada, foi cedida como dote de casamento da filha de Teixeira Belfort, mudando-se para São Luís, onde teve duas filhas, Zaira e Constança. Depois, voltou para o engenho, onde teve dois filhos, Inocêncio e Jacinto.

Na década de 1870, Geminiana e sua mãe, Simplícia, conseguiram comprar alforria. Constança faleceu, mas não há detalhes sobre sua trajetória, devido à ausência de registros. Zaira, de cerca de 12 anos, foi vendida para outra família, os Araújo Trindade.

Inocêncio e Jacinto foram vendidos para negociantes, que os passaram para Anna Rosa. Eram chamados de "escravinhos".

"Eles viveram torturas terríveis. As crianças eram amarradas em gaiolas de jabuti, chicoteadas. O exame de corpo de delito é apavorante. O corpo de Inocêncio, que nunca foi notado em vida, que era visto como uma mercadoria, passou a ser notado só depois da morte", diz Cardoso.

"Mas não se via o Inocêncio, via-se um corpo dilacerado. Imagine o que ele passou e o que ele sentiu ao ver o irmão morrer. Nós escrevemos e choramos, escrevemos e choramos", acrescenta Machado.

Mais de um século depois do caso, Celso Magalhães seria consagrado como patrono do **Ministério Público** do Maranhão, em 1991.

Historiadores como Cardoso e Machado, todavia, têm ressalvas quanto à memória que se construiu sobre Magalhães, retratado como republicano e abolicionista.

Segundo a análise dos autores, não era bem assim: o promotor, que fazia parte do Partido Conservador, seria seguidor das ideias racistas do médico maranhense Nina Rodrigues, que alegava inferioridade racial de populações negras e indígenas.

Magalhães também foi o promotor que processou Geminiana e outras oito mulheres negras, entre escravas e libertas, lideradas pela pajé Amélia Rosa, em novembro de 1877. Elas foram acusadas de agredir Joana, uma escrava da família Araújo Trindade, que certo dia surgiu espancada e pedindo socorro nas ruas da cidade.

Joana teria ido à casa de Amélia Rosa para matá-la a mando do advogado Francisco Duarte, que atuara na defesa de Anna Rosa. Os autos do processo estão no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Amélia Rosa assumiu a culpa da agressão a Joanna, supõe-se que para livrar suas companheiras de pajelança, uma prática popular religiosa que combina elementos das culturas africanas e indígenas. Mas a confissão da pajé não absolveu as demais, que também foram consideradas culpadas.

"Penso que Celso Magalhães fez a acusação contra réus tais como Anna Rosa Viana Ribeiro com muito gosto e, a contragosto, acusações contra réus vulneráveis, mas ainda assim passíveis de punição, na visão dele, que era, afinal, um promotor", afirma Cantanhêde.

"Tal fato eleva-o mais ainda como agente da justiça considerado, ontem como hoje, a parte imparcial."

Nos tribunais, as réus tiveram destinos diferentes: Geminiana, negra liberta, foi condenada a 5 anos de prisão; Anna Rosa, baronesa branca, foi absolvida.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/a-terrivel-historia-da-baronesa-que-torturou-e-matou-um-garoto-negro-de-8-anos-no-maranhao-em-1876.shtml>

Professor do IFMA é confundido com alvo da polícia e tem casa invadida em Imperatriz

Ivan Silva

Revoltado, Roberth Guimarães usou as redes sociais para relatar cenas de abuso de autoridade e constrangimento, além de prejuízos financeiros.

A operação do **Gaeco** buscava combater o comércio ilegal de armas e munições e estavam em posse de um bandado de busca e apreensão, mas, segundo Roberth, eles não tocaram a campainha e já chegaram arrebatando o portão da casa, onde moram ele e sua família.

Só após alguns minutos da operação, os policiais descobriram que procuraram uma pessoa com outro nome. Ou seja, erraram o endereço da casa. Diante dos prejuízos, Robert registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia Civil e cobra uma posição das autoridades pelo caso.

O Instituto Federal do **Maranhão** emitiu nota de solidariedade ao professor.

" O Instituto Federal do **Maranhão** (IFMA) lamenta a ação policial ocorrida contra o professor Robert Guimarães Silva, servidor da instituição, na privacidade do seu lar e na presença de sua família, em Imperatriz. O fato ocorreu no início da manhã desta quarta-feira (9), quando o docente teve a casa alvo de operação de busca e apreensão de armas, em procedimento sem a identificação das autoridades participantes. Somente após os procedimentos rotineiros em operações dessa natureza, foi verificado que o professor não era objeto da citada operação. O IFMA reconhece a importância do trabalho policial e da Justiça, mas diante do erro material observado e do trauma provocado ao servidor e sua família, a instituição oficiou a Secretaria de **Segurança Pública** e o **Ministério Público** Estadual, solicitando apoio para a devida apuração dos fatos, a fim de que a verdade seja estabelecida"

Via Neto Ferreira

Um professor do Instituto Federal do **Maranhão** (IFMA) foi confundido com bandidos e teve a porta arrombada e a casa invadida por policiais por volta das 5h da manhã da quarta-feira (9), em Imperatriz.

Site:

<http://www.barradocordanews.com/2022/03/professor-do-ifma-e-confundido-com-alvo.html>

Pré-candidato a deputado Segundo da Borboleta faz campanha antecipada "escancarada", em Açailândia

Fazendo jus a máxima que diz, "quem tem dinheiro é quem manda", o pré-candidato a deputado estadual, Segundo da Borboleta, "peita" a justiça eleitoral e faz campanha antecipada "escancarada", em Açailândia.

Neste domingo, o pretense candidato promoveu um grande churrasco, regado de bebidas caras e muita música. O encontro aconteceu em um Bar e Pizzaria famoso de Açailândia, e reuniu digitais influencer's, apoiadores, empresários e políticos da cidade e região.

Em vídeos que circulam na internet, fica mais que provado à afronta de Segundo a lei eleitoral vigente no país. Percebe-se que Segundo da Borboleta faz questão que todos saibam que ele é quem bancando tudo. O empresário poderá ser multado e posteriormente impedido de registrar candidatura.

VEJA O VÍDEO:

O fato causou reação imediata da população, que se manifestou através das redes sociais.

VEJA PRINT's ABAIXO :

Com a palavra, o **Ministério Público** Eleitoral (MPE) do Maranhão!

Site: <http://www.amarcosnoticias.com.br/pre-candidato-a-deputado-segundo-da-borboleta-faz-campanha-antecipada-escancarada-em-acailandia/>

A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876

A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876

Por Juliana Sayuri, de Toyohashi (Japão) para a BBC News Brasil

Em 1876, Inocêncio, um garoto negro, escravizado, morreu na casa de Anna Rosa Viana Ribeiro, uma senhora branca da alta sociedade, casada com o médico e político liberal Carlos Fernando Ribeiro, que depois se tornaria Barão de Grajaú, no Maranhão. O caso, emblemático da crueldade da escravidão da época, ficou famoso como "o crime da Baronesa de Grajaú".

Antes das 6h de 14 de novembro de 1876, uma movimentação no centro de São Luís chamou a atenção de Geminiana, uma jovem negra de cerca de 25 anos, que recentemente comprara sua alforria e vivia na rua do Mocambo. Era um enterro.

O caixão era pequeno e estava trancado a chave. Dada a hora, antes do sol forte da manhã maranhense, era de se imaginar que alguém ordenara um enterro discreto de uma criança, quase que na surdina. Junto a sua mãe, Simplícia, Geminiana seguiu os carregadores que levavam o caixão rumo à capela de São José, ao lado do cemitério do Gavião. Lá, precisou protestar para abrirem o esquife. E confirmou o que temia: era seu filho, Inocêncio.

Geminiana viu o corpo de Inocêncio coberto por cicatrizes, contusões e ferimentos. O exame de corpo de delito depois revelaria que a criança tinha sofrido hemorragia cerebral, escoriações, equimose, queimaduras, feridas provocadas por cordas e chicotes, sinais de ruptura do reto e machucados no ânus. P U B L I C I D A D E <https://505353cc148bdfa8dbc754ed786437cf.safeframe.google syndication.com/safeframe/1-0-38/html/container.html>

Inocêncio vivera os últimos três meses de vida no Solar das Rosas, o sobrado de Anna Rosa Viana Ribeiro, no centro de São Luís. Ele e seu irmão mais novo, Jacinto, tinham sido comprados como "presentes" para os filhos dela, que estavam

estudando na Europa.

Jacinto morreria no dia 27 de outubro de 1876, também no casarão, mas o caso não foi investigado. Anna Rosa, que se dizia alvo de uma "devassa difamatória", argumentava que os garotos tinham "vício de comer terra", o que lhes teria feito adoecer e morrer.

Entretanto, Anna Rosa, vinda de uma das principais famílias escravistas de Codó, no interior do Maranhão, já era conhecida pelos castigos cruéis infligidos a seus serviçais.

Certa vez, por exemplo, mandou arrancar todos os dentes de Militina, uma escrava que sorriu a seu marido, o médico Carlos Fernando Ribeiro - em 1884, Dom Pedro II lhe concedeu o título de Barão de Grajaú.

Dado o histórico de Anna Rosa, foi aberto inquérito para investigar a morte de Inocêncio. Os autos do processo, que ficou conhecido como "o crime da Baronesa de Grajaú", contam com mais de 800 páginas. Ela foi processada pelo promotor Celso Magalhães (1849-1879).

A baronesa chegou a ser presa e foi julgada por homicídio, mas terminou absolvida pelo júri, em fevereiro de 1877, apesar das evidências de **tortura** e dos testemunhos. O promotor tentou recorrer, sem sucesso.

Condenar alguém como Anna Rosa era praticamente impossível na época, dada a composição elitista do júri, diz o **promotor de Justiça** Washington Luiz Maciel Cantanhêde, integrante do Programa Memória do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

"[Mas] o fato de conseguir a promotoria de São Luís levar aquela senhora de escravos a sentar-se no banco dos réus do tribunal do júri - que de popular nada tinha, porquanto era expressão de uma sociedade excludente e escravocrata - dá a medida da importância histórica do caso", pondera.

Magalhães, o promotor que processou Anna Rosa, acabou demitido por Ribeiro, o marido da ré, recém-

empossado presidente da Província do Maranhão, em 1878.

O julgamento da baronesa scandalizou a sociedade do século 19, foi bastante discutido na imprensa da época e ficou marcado na memória maranhense. Entretanto, os documentos originais se perderam com o tempo - até que, em 1975, foi publicado o romance Os tambores de São Luís, de Josué Montello (1917-2006), que reconstitui, literariamente, o caso de Anna Rosa.

Montello relevaria, num livro de memórias, que obteve os documentos originais do processo por acaso, durante uma visita a Brasília. O autor queria incluir no romance "o famoso crime da Baronesa de Grajaú, de tanta repercussão na sociedade maranhense do tempo do Império", escreveu.

"Onde encontrar o seu relato? E eis que um dia, de passagem por Brasília, nas minhas andanças administrativas de reitor, fui almoçar na casa do Senador José Sarney", registrou o escritor.

"Conversa vai, conversa vem, e entre o tinido dos talheres e a mudança dos pratos, falei-lhe do crime, para ver se ele poderia ajudar-me a recompô-lo. Sarney saiu da mesa e voltou daí a momentos com dois volumes compactos de papéis velhos, que passou às minhas mãos: 'Aí tem você o processo da Baronesa'."

Sarney teria recolhido os documentos em uma pilha de processos antigos do Tribunal de Justiça do Maranhão, onde trabalhou na juventude, que seriam jogados fora. Após escrever o livro, Montello entregou os papéis ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Em 2009, o **MPMA** obteve a guarda dos autos. Aí se iniciou a transcrição integral dos dois volumes do processo, realizada pelas historiadoras Kelcilene Rose Silva e Surama de Almeida Freitas, e foi publicada a primeira edição do livro Autos do processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877.

Em 2019, os documentos originais foram digitalizados e disponibilizados ao público, em alta resolução; e, em 2020, a segunda edição do livro também foi disponibilizada gratuitamente na internet.

A iniciativa de preservação e difusão dos autos do caso da baronesa foi finalista do Prêmio do Conselho Nacional do **Ministério Público** de 2021, contemplada com o Selo Respeito e Diversidade.

Para a promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro, "o processo traduz um marco na luta pela afirmação da causa abolicionista a partir da arena jurídica, bem

como uma referência na evolução da defesa dos **direitos humanos** no Brasil".

Inocência, lembra a promotora, nasceu antes da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro 1871 - e morreu antes da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Não estava protegido por nenhuma delas.

"Então a **tortura** de escravos, dentre eles crianças, ainda era, insuportavelmente, mesmo ao arripio da lei, uma prática de senhores da época, de elevada impunidade", diz Ferro, integrante do Programa Memória do **MPMA**, da Academia Brasileira de Direito e da Academia Maranhense de Letras.

"Mais moderno, impossível, sobretudo em um tempo onde felizmente é desafiada, cada vez mais, a vergonhosa herança de preconceito e discriminação vinda do escravismo."

Desde que foram redescobertos, os documentos do processo contra a baronesa embasaram estudos nos campos da criminologia, do direito e da história, entre outros.

O caso é emblemático, destaca o historiador Alexandre Cardoso, professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões (NEPHSertões).

"Mas sempre se lembra do promotor e da baronesa. O menino, a mãe e a avó são apagados. Na memória que se constituiu em torno desse evento o que se vê é 'o crime da baronesa', não a infância da criança escravizada, a maternidade da negra liberta", critica.

Foi Geminiana, a mãe de Inocência, quem protestou para abrirem o caixão e descobriu que ali estava seu filho.

"Não eram nem 6h, era uma tentativa de enterro clandestino. E quem estava na rua a essa hora? Quem trabalhava, as mulheres pretas, carregadoras, lavadeiras, vendeiras, e foram elas que fazem 'a grita'. O escândalo de ver aquela mãe enlutada, vendo o filho muito machucado, às vistas de todo mundo. O pessoal foi para a porta do cemitério, foi para a capela, foi para a rua protestar", conta.

Segundo Cardoso, o processo contra a baronesa foi focado no mundo senhorial e não necessariamente num forte posicionamento contra a escravidão por si. O discurso, destaca ele, era sobre "bons" e "maus" senhores - e a baronesa era um exemplo de má senhora.

"O discurso da época não era contra a escravidão, era

mais sobre tirar maçãs podres como Anna Rosa", avalia a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, professora da Universidade de São Paulo (USP) e atualmente professora visitante da Universidade de Reading, no Reino Unido.

Em 2021, Cardoso e Machado escreveram sobre o caso na coletânea *Ventres Livres?*, organizada por Machado junto a outros historiadores, Luciana da Cruz Brito, Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes.

Atualmente, estão escrevendo um novo livro, *Geminiana e seus filhos*. Com apoio do pesquisador Hugo Enes, que realizou pesquisas nos arquivos, cúria e cartórios do Maranhão, eles pretendem reconstituir a trajetória da família de Geminiana.

"É uma história que vê a luta política dos escravizados. Nos interessa contar como essa mãe, preta, pobre, liberta, lutou", diz Machado.

"Nós somos dois pesquisadores brancos. Não queremos explicar para as pessoas que sofrem **racismo** o que é **racismo**, longe de nós. Queremos poder contribuir com o que a gente pode, que é a pesquisa histórica."

A partir da documentação disponível, entende-se que Geminiana nasceu no engenho da família Teixeira Belfort, na vila de Rosário, a 70 km de São Luís.

Ela, escravizada, foi cedida como dote de casamento da filha de Teixeira Belfort, mudando-se para São Luís, onde teve duas filhas, Zaira e Constança. Depois, voltou para o engenho, onde teve dois filhos, Inocência e Jacinto.

Na década de 1870, Geminiana e sua mãe, Simplícia, conseguiram comprar alforria. Constança faleceu, mas não há detalhes sobre sua trajetória, devido à ausência de registros. Zaira, de cerca de 12 anos, foi vendida para outra família, os Araújo Trindade.

Inocência e Jacinto foram vendidos para negociantes, que os passaram para Anna Rosa. Eram chamados de "escravinhos".

"Eles viveram torturas terríveis. As crianças eram amarradas em gaiolas de jabuti, chicoteadas. O exame de corpo de delito é apavorante. O corpo de Inocência, que nunca foi notado em vida, que era visto como uma mercadoria, passou a ser notado só depois da morte", diz Cardoso.

"Mas não se via o Inocência, via-se um corpo dilacerado. Imagine o que ele passou e o que ele sentiu ao ver o irmão morrer. Nós escrevemos e

choramos, escrevemos e choramos", acrescenta Machado.

Mais de um século depois do caso, Celso Magalhães seria consagrado como patrono do **Ministério Público** do Maranhão, em 1991.

Historiadores como Cardoso e Machado, todavia, têm ressalvas quanto à memória que se construiu sobre Magalhães, retratado como republicano e abolicionista.

Segundo a análise dos autores, não era bem assim: o promotor, que fazia parte do Partido Conservador, seria seguidor das ideias racistas do médico maranhense Nina Rodrigues, que alegava inferioridade racial de populações negras e indígenas.

Magalhães também foi o promotor que processou Geminiana e outras oito mulheres negras, entre escravas e libertas, lideradas pela pajé Amélia Rosa, em novembro de 1877. Elas foram acusadas de agredir Joana, uma escrava da família Araújo Trindade, que certo dia surgiu espancada e pedindo socorro nas ruas da cidade.

Joana teria ido à casa de Amélia Rosa para matá-la a mando do advogado Francisco Duarte, que atuara na defesa de Anna Rosa. Os autos do processo estão no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Amélia Rosa assumiu a culpa da agressão a Joanna, supõe-se que para livrar suas companheiras de pajelança, uma prática popular religiosa que combina elementos das culturas africanas e indígenas. Mas a confissão da pajé não absolveu as demais, que também foram consideradas culpadas.

"Penso que Celso Magalhães fez a acusação contra réus tais como Anna Rosa Viana Ribeiro com muito gosto e, a contragosto, acusações contra réus vulneráveis, mas ainda assim passíveis de punição, na visão dele, que era, afinal, um promotor", afirma o promotor Washington Luiz Maciel Cantanhêde, do **MPMA**.

"Tal fato eleva-o mais ainda como agente da justiça considerado, ontem como hoje, a parte imparcial."

Nos tribunais, as réus tiveram destinos diferentes: Geminiana, negra liberta, foi condenada a 5 anos de prisão; Anna Rosa, baronesa branca, foi absolvida.

-

Site:

<http://racismoambiental.net.br/https://racismoambiental.net.br/2022/03/13/a-terrivel-historia-da-baronesa-que->

***torturou-e-matou-um-garoto-negro-de-8-anos-no-
maranhao-em-1876/***

Professor do IFMA é confundido com alvo da polícia e tem casa invadida em Imperatriz

Ivan Silva

Revoltado, Roberth Guimarães usou as redes sociais para relatar cenas de abuso de autoridade e constrangimento, além de prejuízos financeiros.

A operação do **Gaeco** buscava combater o comércio ilegal de armas e munições e estavam em posse de um bandado de busca e apreensão, mas, segundo Roberth, eles não tocaram a campainha e já chegaram arrebatando o portão da casa, onde moram ele e sua família.

Só após alguns minutos da operação, os policiais descobriram que procuraram uma pessoa com outro nome. Ou seja, erraram o endereço da casa. Diante dos prejuízos, Robert registrou um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia Civil e cobra uma posição das autoridades pelo caso.

O Instituto Federal do **Maranhão** emitiu nota de solidariedade ao professor.

" O Instituto Federal do **Maranhão** (IFMA) lamenta a ação policial ocorrida contra o professor Robert Guimarães Silva, servidor da instituição, na privacidade do seu lar e na presença de sua família, em Imperatriz. O fato ocorreu no início da manhã desta quarta-feira (9), quando o docente teve a casa alvo de operação de busca e apreensão de armas, em procedimento sem a identificação das autoridades participantes. Somente após os procedimentos rotineiros em operações dessa natureza, foi verificado que o professor não era objeto da citada operação. O IFMA reconhece a importância do trabalho policial e da Justiça, mas diante do erro material observado e do trauma provocado ao servidor e sua família, a instituição oficiou a Secretaria de **Segurança Pública** e o **Ministério Público** Estadual, solicitando apoio para a devida apuração dos fatos, a fim de que a verdade seja estabelecida"

Via Neto Ferreira

Um professor do Instituto Federal do **Maranhão** (IFMA) foi confundido com bandidos e teve a porta arrombada e a casa invadida por policiais por volta das 5h da manhã da quarta-feira (9), em Imperatriz.

Site:

***[http://www.barradocordanews.com/2022/03/professor-
do-ifma-e-confundido-com-alvo.html](http://www.barradocordanews.com/2022/03/professor-do-ifma-e-confundido-com-alvo.html)***

Grajaú: pastor evangélico é preso por caluniar policiais civis em redes sociais e por porte ilegal de arma de fogo

Daniel Matos

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Grajaú e da 15ª Delegacia Regional de Barra do Corda, deu cumprimento a mandado de busca e apreensão, expedido pela juíza da 1ª Vara da Comarca de Grajaú, em desfavor do pastor evangélico e ex-secretário municipal de **Segurança Pública** de Grajaú, J.S.R.S., após investigações da Delegacia de Grajaú e da Delegacia de Combate a Crimes Tecnológicos (DCCT/SEIC) constatarem que o indivíduo foi o autor de mensagem caluniosa contra policiais civis lotados na cidade de Grajaú e utilizou redes sociais para difundir injúria e difamação contra os referidos servidores públicos.

Durante o cumprimento do mandado judicial, foram localizados dois celulares (objetos da busca e apreensão) e duas armas de fogo (motivo da prisão em flagrante).

Flagrante e fiança

Também foi apreendida munição que estava na residência. O indivíduo foi encaminhado para a Delegacia de Grajaú, sendo lavrado o auto de prisão em flagrante posteriormente, posto em liberdade após o pagamento da fiança arbitrada pela autoridade policial.

Agora, J.S.R.S., que é pastor evangélico, ex-conselheiro tutelar e ex-secretário municipal de **Segurança Pública** de Grajaú, responderá a três processos naquela comarca.

O acusado foi enquadrado por crime contra a honra de servidor público; posse ilegal de armas de uso permitido e utilização de dados de terceiro para esconder a sua identidade.

Site:

<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2022/03/13/graju-pastor-evangelico-e-preso-por-caluniar-policiais-civis-em-redes-sociais-e-por-porte-ilegal-de-arma-de-fogo/>

TENTATIVA DE HOMICÍDIO RESULTA EM OPERAÇÃO DE TRABALHO ES CRAVO NO MARANHÃO

Uma das vítimas era um idoso que foi levado de ambulância ao hospital e diagnosticado com covid-19, desnutrição e desidratação.

CIDELÂNDIA/MA - Um trabalhador levou um tiro de espingarda calibre 12 na nuca, após cobrar o pagamento de salários atrasados ao empregador. Ele fingiu estar morto para fugir do local. O caso aconteceu na fazenda São Sebastião, em Cidelândia (MA), cidade próxima às divisas do Maranhão, Pará e Tocantins. Essa grave situação chegou ao conhecimento das autoridades e deu causa a uma operação de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão. O resultado foi o resgate de quatro trabalhadores em duas fazendas pertencentes ao mesmo proprietário.

Resgate de idoso com Covid

Durante a operação, realizada de 14 a 18 de fevereiro, além do trabalhador alvejado por espingarda, mais três trabalhadores foram resgatados. Um deles, idoso com 62 anos de idade, precisou ser levado de ambulância ao hospital, pois apresentava fortes sintomas gripais. Exames laboratoriais confirmaram que se tratava de Covid-19, agravada por desnutrição e desidratação. Ele atuava como caseiro e vigia há mais de um ano, em troca de alimentação e moradia.

Os outros dois trabalhadores foram resgatados na fazenda Bananal, propriedade do mesmo fazendeiro, situada a 56 quilômetros de distância da fazenda São Sebastião. Um deles era responsável pelo roço e reparo da cerca e do curral, trabalhava como pedreiro e com motosserra, sem nenhum treinamento. O outro desempenhava algumas destas funções, com o acréscimo da aplicação de veneno na plantação. Não havia qualquer contrato formal de trabalho, nem concessão de férias e descanso semanal remunerado.

Alojamentos precários

Na inspeção nas duas fazendas, foi flagrado o abrigo dos trabalhadores em barracões em condições precárias de higiene e saúde e segurança, com problemas na proteção contra intempéries e animais peçonhentos, ausência de água potável e de energia elétrica, entre outras irregularidades.

"A água fornecida é proveniente de poço cacimbão, sem qualquer filtragem; as instalações elétricas são impróprias, com fiação exposta no teto; animais, como porcos, habitam o barraco, especificamente o ambiente da cozinha, formando uma espécie de chiqueiro ou

poça de lama na área de preparo de alimentos", explica o procurador-chefe do

MPT-MA Luciano Aragão, que participou da operação de resgate.

O tiro e a fuga

Em seu depoimento, a vítima da tentativa de

homicídio afirmou que havia sido contratada para realizar os serviços de roço

de juquirá (preparar o pasto para o gado) e roço de aceiro (retirar vegetação

próxima à cerca) na fazenda São Sebastião, de setembro a novembro de 2021,

tendo recebido neste período apenas 150 reais, apesar da promessa de pagamento

de um salário-mínimo mensal pelo empregador.

Mesmo cobrando o fazendeiro para quitar os

valores devidos, não obteve sucesso. Viveu por uma semana nas ruas na cidade,

até que o fazendeiro o procurou e garantiu que pagaria a dívida no dia

seguinte. O trabalhador voltou à fazenda São Sebastião e por volta das 19h foi

carregar a caminhonete do patrão com pacotes de sal mineral. "Quando fui

carregar o último pacote, ao virar de costas, levei o tiro de espingarda que

pegou de raspão na minha cabeça", afirmou a vítima. Segundo o trabalhador, o

tiro teria sido dado pelo caseiro, a mando do fazendeiro.

Ensanguentado, caiu no chão e fingiu ter

morrido. Ainda teria ouvido do caseiro: "Tá morto o peão". Quando os supostos

executor e mandante se afastaram, aproveitou para fugir do local, buscando

refúgio no mato. Em vez de prestar socorro ou comunicar as autoridades sobre o

fato, o fazendeiro teria colocado um cachorro da raça pitbull para perseguir,

sem sucesso, a vítima.

Caminhada na mata e chegada ao hospital

O sobrevivente disse que caminhou por duas

horas mata adentro e que dormiu ao relento durante a fuga. Por volta de 4 horas

da madrugada, chegou a uma estrada e conseguiu atendimento no hospital de

Rondon do Pará (PA). Com medo de ser morto pelo fazendeiro, optou por registrar

boletim de ocorrência em outra cidade. Ele passou por Abel Figueiredo (PA) e

Bom Jesus das Selvas (MA) até chegar em Marabá (PA), onde buscou apoio na

Polícia Federal.

Ação cautelar

O caso está sendo acompanhado pelo MPT no

Maranhão, que ajuizou uma ação cautelar com pedido de tutela de urgência, que

tramita na Vara do Trabalho de Açailândia (MA). A expectativa é que seja

ajuizada uma **ação civil pública** em face do fazendeiro por exploração dos

trabalhadores em condições degradantes, cerceamento de liberdade, entre outras

ilicitudes. A tentativa de homicídio está sendo apurada pela polícia.

Além disso, o empregador responderá a multas

impostas em autos de infração dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que também

garantirão o recebimento do seguro-desemprego pelas vítimas. Na cautelar, o

MPT-MA pediu o arresto de bens dos réus no valor mínimo de R\$ 1 milhão, a fim

de garantir o pagamento das verbas rescisórias e indenizações por danos

materiais e morais, coletivos e individuais.

Fazenda arrendada pela Suzano Celulose

O MPT-MA também requereu que a Justiça do

Trabalho determine que a Suzano Celulose, empresa que arrendou quase 90% da

fazenda São Sebastião, se abstenha de efetuar qualquer pagamento aos réus em

decorrência do contrato de arrendamento, devendo os valores ser depositados em

conta judicial.

"O trabalhador resgatado, que necessitou ser

removido por ambulância, e a tentativa de homicídio em um contexto da relação

de trabalho exigem que o réu seja responsabilizado a arcar com os danos morais

individuais devidos às vítimas e danos morais coletivos, em razão da lesão da

sociedade brasileira, que tem sua honra afetada pela prática de atos tão graves

e violadores dos mais básicos direitos da pessoa humana", observa o

procurador-chefe do MPT-MA, Luciano Aragão.

Fonte: Com informações da assessoria

Data de publicação: 10/03/2022

<https://jornalpequeno.com.br/2022/03/10/tentativa-de-homicidio-resulta-em-operacao-de-trabalho-escravo-no-maranhao/>

Site: <https://folhadecuxa.blogspot.com/2022/03/tentativa-de-homicidio-resulta-em.html>